

CRISTIANE REGINA SASSO DE OLIVEIRA

**O PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
DOS CMEIs DE CURITIBA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista no Curso de Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Msc. Catarina Souza Moro

CURITIBA

2005

*O presente trabalho de pesquisa é dedicado para toda a minha família que por vezes não usufruiu da minha presença para que fosse possível sua conclusão. Também a todos que de alguma forma ajudaram através dos dados e orientações. À professora Catarina por sua orientação. Principalmente a todas as crianças de zero a 6 anos de idade fonte de encantamento do qual dedico todo o meu trabalho.*

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO.....	03
CAPÍTULO I.....	11
Uma reflexão sobre a formação de educadores no contexto da educação infantil.....	11
A formação dos profissionais da educação infantil após a década de 90.....	13
A formação de profissionais para a educação infantil no contexto estadual.....	21
A educação infantil no município de Curitiba X a formação do educador.....	24
Formação dos profissionais para a educação infantil.....	29
CAPITULO II .....	34
A pesquisa.....	34
A visão da mantenedora.....	34
Conhecendo as educadoras dos CMEIs em Curitiba?.....	37
O perfil do profissional.....	37
A formação escolar e continuada.....	38
O percurso profissional.....	41
As dificuldades iniciais.....	42
A imagem do trabalho.....	47
Como se aprende a ser educador.....	56
A qualidade dos centros de educação infantil.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	68
ANEXOS.....	71

## INTRODUÇÃO

A educação é processo constitutivo da pessoa e, portanto deve estar presente desde o nascimento, como meio e condição para sua formação, desenvolvimento, socialização e realização pessoal.

A Constituição Federal, de 1988, garante a educação das crianças de 0 a 6 anos como direito. No entanto, durante anos percebeu-se um certo descaso em relação a esta etapa da educação, pois se vivenciou uma educação pobre para pobres, na qual o principal objetivo era a guarda e a assistência, devido ao significativo aumento do contingente de trabalho feminino. Este fato tem um caráter histórico e interfere na visão que se tem ainda hoje sobre o educar a criança pequena.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96, a educação infantil passou a ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, sendo então direito das crianças e suas famílias, dever do Estado e da sociedade civil. Esse avanço só foi possível através das lutas dos segmentos organizados da sociedade que compreendem a educação infantil como o alicerce da Educação Básica.

A LDB propõe que a educação infantil seja ofertada em creches para as crianças até 3 anos de idade e em pré-escolas para as crianças de 4 a 6 anos de idade, e que os profissionais que atuam na educação infantil tenham o nível superior ou no mínimo o nível médio, na modalidade normal (magistério).

Na rede municipal de Curitiba a educação infantil é oferecida nos Centros de Educação Infantil para as crianças de zero a 5 anos de idade e nas Escolas de Ensino Fundamental para as crianças de 4 à 6 anos de idade. A formação dos profissionais que atuam com elas varia, pois para as crianças de 4 à 6 tem-se professores com nível superior em pedagogia ou normal superior e os profissionais que tem licenciatura plena ou curta precisam ter o nível médio na modalidade magistério; porém para às crianças de zero a 3 anos os educadores (antes denominados atendentes de creche ou babás) possuem o nível médio sem a exigências da modalidade normal. Nas creches conveniadas ainda existem educadores sem formação de nível médio.

Hoje, compreende-se que os primeiros anos de vida são de fundamental importância para a formação do ser humano e ao entender a criança como sujeito em sua totalidade, torna-se essencial refletir se os profissionais que trabalham com ela são capazes de fazer a mediação entre o que ela já conhece e o que pode conhecer,

oferecendo oportunidades de vivências que contribuirão para seu desenvolvimento integral, englobando os aspectos físico, psicológico, intelectual e social que a constitui.

*A educação infantil vive um período bastante agitado porém muito rico. Diversos caminhos têm sido trilhados para se definir seu lugar e sua função atual em nossa sociedade. Novas perspectivas em relação ao desenvolvimento infantil têm aberto interessantes possibilidades de promover a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças pequenas em ambientes de educação coletiva, como a creche e a pré-escola. (OLIVEIRA, 2003: 07)*

Embora se tenha clareza do papel da educação infantil no desenvolvimento da criança, a atual educação é fruto de um contexto histórico marcado por uma visão assistencialista, na qual o atendimento era baseado no cuidado e guarda das crianças. O próprio conceito de criança vem sofrendo transformações no decorrer da história (a criança já foi vista como um adulto em miniatura, um bibelô, um animal de estimação...) e conseqüentemente essas transformações conceituais se refletem na atuação para com essas crianças.

Portanto, não basta apenas uma legislação para que a educação dos pequenos ocupe o espaço que merece.

No ano de 2003, a educação infantil ofertada no município de Curitiba, passou a ser responsabilidade da Secretaria da Educação, até então pertencia à Secretaria da Criança. Essa mudança trouxe o pedagogo para atuar nos centros de educação infantil, pois este atuava apenas nas escolas municipais de ensino fundamental (pré-escola até 8ª série). Neste contexto, fui atuar como pedagoga num CMEI e me deparei com uma série de contradições. Aos poucos compreendi como era a organização do cotidiano e através de estudos e pesquisas fui superando as dificuldades vivenciadas e construindo um novo olhar para a educação infantil. Foi possível verificar que o currículo do curso de graduação não tem reservado um número suficiente de horas para disciplinas referentes à educação infantil o que acaba por proporcionar lacunas na formação inicial dos profissionais que atuarão com essa etapa da educação. O contato com essa etapa da educação me cativou de forma significativa, o que despertou o interesse em aprofundar meus conhecimentos e realizar uma pesquisa que pudesse desvendar um pouco dessa realidade por muitos desconhecida. Dentre todos os temas, que a educação infantil traz, me propus a pesquisar o educador, pois acredito que todas as outras temáticas se

relacionam de alguma forma com ele, pois sem educador não há educação e este profissional traz consigo uma série de questões a serem desvendadas.

O desenvolvimento da criança está diretamente relacionado com a diversidade e qualidade de experiências que ela tem oportunidade de vivenciar. Estas experiências dependem do contexto cultural em que vive e, principalmente, da ação mediadora do adulto que trabalha com a criança, que neste caso é o educador infantil. Em outra perspectiva dependem, também, do conceito de criança presente em cada cultura, pois através dele é que se determina o limite para a ação da criança.

Os educadores são diferentes uns dos outros, de acordo com as possibilidades, experiências e cultura a que pertencem, assim temos no município de Curitiba um quadro de educadores com um perfil, próprio, fruto de sua visão de mundo, formação pessoal, de sua experiência de vida.

Dada importância do educador na primeira infância e o contexto histórico em que se desenvolveu a Educação infantil no município, pretende-se pesquisar o perfil do educador nos centros municipais de educação infantil de Curitiba enfocando questões como: Qual o nível de formação escolar? Quais suas perspectivas para sua formação continuada? Quais os mecanismos de formação continuada ofertados pelo município para estes profissionais? Quais suas perspectivas frente ao trabalho que realizam? Como percebem sua atuação profissional?

A educação infantil não é estática ela se constrói diariamente, assim como o próprio conceito de infância. Nesse contexto o educador infantil, que faz parte da dessa história, sofre influências e através desta é que se caracteriza enquanto educador. Portanto, torna-se essencial resgatar fatos da história da educação infantil para melhor compreender o perfil do educador.

Durante muito tempo a educação das crianças foi considerada responsabilidade das famílias ou grupos a que pertenciam. Na convivência com os adultos e com as outras crianças é que os pequenos adquiriam os conhecimentos necessários para a sua integração na sociedade e sobrevivência física-material. Assim, é possível verificar que a história da educação infantil numa instituição própria é muito recente, pois ocorreu por volta da metade do século XIX.

Segundo BUJES (2001), o surgimento das instituições para abrigar crianças pequenas tem sido associado com o trabalho materno fora do lar, à partir da Revolução Industrial, mas também sofreu as influências de uma nova estrutura familiar, onde pai e mãe viviam separados dos parentes próximos (avós, tios, primos), que geralmente

contribuíam com o cuidado dos pequenos. Outro fator é que neste período surgem muitas teorias que descreviam as crianças em relação a sua natureza moral, inclinações boas ou más, em função disto propunham a educação como uma forma para combater a preguiça e a vagabundagem próprias das crianças pobres. (BUJES, 2001: 14)

Portanto, é possível perceber que aspectos econômicos (trabalho feminino) sociais (nova organização da família) e políticos influenciaram o surgimento dessas instituições. O aspecto cultural também tem um papel decisivo no trato com a criança pequena, pois a criança deixa de ser considerada fruto da natureza humana e passa a ser entendida como produto de uma determinada cultura, tornando essencial pensar nesta etapa da vida, conseqüentemente, na sua educação.

As primeiras instituições receberam o nome de creche, que significava asilo para a primeira infância e tinham como função a guarda das crianças, que não podiam ficar com suas mães. Pôr esse motivo alguns autores consideram um retrocesso uso do termo creche na LDB 9394/96. Em seu artigo 30, refere que a educação para crianças de zero a 3 anos seja oferecida em creches. Com isso muitas confusões podem ocorrer, pois a creche era considerada um espaço de caos social, onde as crianças pobres, sem perspectivas eram “abandonadas” para que suas mães fossem trabalhar. Então corre-se o risco de permanecer o ideário de uma educação pobre (sem qualidade) ofertada apenas para os mais necessitados, deixando para um segundo plano o direito à educação básica e a educação infantil como primeira etapa desta.

Deste contexto histórico, surge a visão de creche enquanto instituição de assistência social, não preocupada com a educação dos pequenos, mas com o cuidar, higienizar, alimentar e guardar.

Todo esse conjunto de idéias presente na sociedade influenciou as instituições que surgiam e marcaram de forma significativa as propostas e as formas de atuação dos educadores, sendo que muitos se remetem a esses conceitos sobre as crianças até os dias de hoje.

No decorrer da história as instituições que atendiam os pequenos não se preocupavam com o caráter educativo, nada se pensou com relação ao trabalho dos profissionais que atuavam com essas crianças, sendo que esses muitas vezes faziam parte de congregações religiosas ou não tinham outra oportunidade de trabalho. Algumas instituições que hoje são oficializadas no município surgiram de ações provenientes da comunidade. Este fato se arrastou por décadas e possivelmente ainda

encontram-se profissionais atuando na educação infantil sem formação adequada e mesmo sem “vocação” para esse trabalho. Então, torna-se necessário investigar o nível de formação dos educadores no município de Curitiba e suas perspectivas frente ao trabalho com os pequenos.

*O papel do adulto que interage com a criana no cotidiano do espao da educao infantil é fundamental para garantir essa almejada qualidade de atendimento. A implementao de uma proposta pedagógica pautada nessa concepo exige que a educadora tenha uma inteno educativa planejando sua funo de mediadora das aprendizagens das crianas, de lanar desafios com base na avaliao de todo o processo educativo. Isso sugere que ela necessita – além de ser reconhecida como profissional, receber condioes de trabalho, plano de carreira e salário dignos – ter qualificao condizente com sua funo e dispor de oportunidade para refletir continuamente sobre seu trabalho, com base em uma formao permanente em servio. (FREIRE, 1999: 79)*

A educao da criana pequena não pode ser marcada apenas pela assistência que engloba o “cuidar” como também não pode ser marcada apenas pela educao que engloba o “educar”. Educar e cuidar são processos indissociáveis e complementares no lidar com os pequenos, então torna-se necessário investigar qual a formao de base dos educadores infantis e como tem sido realizada a formao em servio desses profissionais, pois através dessa é que se pode refletir sobre as práticas utilizadas pelos educadores.

As crianas nessa faixa etária têm necessidade de ateno, carinho, segurana sem os quais dificilmente sobreviveriam. Ao mesmo tempo elas entram em contato com o mundo que as cerca e tem a necessidade de vivenciar, através da mediao do adulto que pode auxiliá-la no seu desenvolvimento.

Durante muito tempo os educadores estabeleceram relaoes muito distintas entre o cuidar/educar dos pequenos, ou seja fazia parte da rotina de trabalho, sendo que hoje a própria legislao vigente (BRASIL, 1998) amplia o conceito de educar/cuidar possibilitando novas reflexões sobre as práticas até então utilizadas e a construo de propostas pedagógicas que visem contribuir para o desenvolvimento das crianas.

Retomando historicamente a Educao Infantil em Curitiba vemos que a partir de 1976, surgem as primeiras propostas para a construo de creches, devido ao plano de desfavelamento da cidade pelo qual as famílias eram relocadas para conjuntos



habitacionais na periferia da cidade. Essas iniciativas focalizavam as necessidades das mães que precisavam trabalhar. (Curitiba, 2004)

Devido ao grande número de crianças que necessitavam de atendimento uma alternativa eram as “creches de vizinhança” (década de 80), que consistiam em espaços domiciliares nas quais crianças eram atendidas por uma “mãe substituta”, o atendimento era marcado pelo cuidar, alimentar, higienizar. Essas creches passaram a ser gerenciadas por associações de moradores e foram gradualmente oficializadas.

Com a divulgação de pesquisas sobre o desenvolvimento infantil, começou-se a pensar na educação dos pequenos e a questionar as práticas utilizadas até então.

Em 1988, a Constituição Federal afirma a criança como cidadã de direitos, rompendo com a premissa de atender a mãe trabalhadora. No entanto, ainda é comum no Município de Curitiba priorizar o atendimento da criança cuja mãe trabalha fora do lar, devido a grande falta de vagas para a educação infantil em instituições públicas. Então, percebe-se que na própria administração municipal ainda persiste, em partes, a visão assistencialista, o que acaba refletindo nos profissionais que atuam nos centros municipais.

Em 1990, o Estatuto da criança e do Adolescente apresenta uma concepção de criança que requer um processo educativo sistematizado. Porém, os profissionais que trabalham com estas crianças continuavam sendo os mesmos com formação primária ou mesmo sem ela, pois até então o objetivo era apenas cuidar.

Estudar a educação infantil e os profissionais que nela atuam torna-se essencial, pois a criança como cidadã de direitos é integrante ativa na sociedade, necessita de educação e cuidados para que possa continuar sua trajetória de vida contribuindo para a transformação da sociedade. É comum se ouvir jargões sobre a importância da infância para o desenvolvimento do país. Essa importância não deveria ficar apenas nos discursos, mas deveria compor a realidade, pois uma educação de qualidade desde o início da vida, com certeza trará muitos benefícios para a sociedade.

*... Atualmente, sob a influência das novas diretrizes legais e pelo movimento da sociedade civil (associações comunitárias, profissionais de creches e pré-escolas, conselhos municipais de educação etc.), a educação infantil vem sendo pensada pelo poder público federal ligada à ação educativa, levando-se em conta a formação da criança. Por isso, o movimento de repensar também a função do profissional que educa e cuida dessa criança é altamente relevante neste momento. (LANTER, 1999: 136)*

A LDB 9394/96 trouxe avanços para a educação dos pequenos, mas infelizmente a sociedade brasileira ainda não conseguiu garantir o cumprimento de todos os seus artigos. Torna-se necessário um posicionamento político dos dirigentes e da sociedade como um todo, para garantir o atendimento do total da demanda de crianças de zero a 6 anos de idade que buscam uma vaga na educação infantil. Ainda tem-se como prioridade o atendimento apenas no nível fundamental onde a escolarização é obrigatória. Apesar da educação infantil não ter um caráter obrigatório ela é um direito das crianças, então é essencial que seja oferecida a todos e não apenas aos considerados mais pobres, como vem sendo tratada até então e que seja garantida a sua qualidade através de recursos financeiros e materiais e de profissionais valorizados, com formação adequada para esta etapa da educação que possui uma especificidade própria.

No plano educacional essa pesquisa tem muito a contribuir, pois ao definir o perfil do educador no município de Curitiba, investigará a cultura existente nesses espaços educativos, bem como, sua disseminação para a comunidade. Nos centros municipais de educação infantil ocorre a fusão de diferentes culturas (dos educadores, das famílias, da comunidade) tornando-se um ambiente rico em manifestações culturais.

Nos cursos de formação de professores observa-se pouca atenção com relação a educação infantil, pois tem-se poucas disciplinas que tratam desta área da educação, o que é possível observar na reflexão de LOPES (1999) em sua monografia “Descompasso: Da Formação À Prática”, na qual analisa os cursos de formação de educadores para a educação infantil. Então como exigir dos profissionais que atuam na educação infantil uma formação adequada se a academia não tem dado a devida importância para esse campo de pesquisa?

*... Lembranças, medos, experiências negativas, experiências positivas, a busca de maior aprofundamento teórico, atualização, aperfeiçoamento técnico e de um lugar para “reflexão crítica sobre diferentes alternativas na área de educação infantil” e de alternativas para a formação do professor/educador levaram-nos a tentar desvendar o que é mais importante nesse percurso de educar-se trilhado pelo professor/educador. O que é fundamental nessa formação? Será que os cursos de formação de professores têm a preocupação de subsidiar esses profissionais para exercer o papel de educadores com alunos pensantes, ativos, em constante interação com o meio em que vivem, sujeitos da construção de seu conhecimento e produtores de história e cultura?.. (LOPES, 1999: 111)*

Investigar o perfil dos educadores dos centros municipais de educação infantil de Curitiba pode contribuir para que muitos preconceitos sejam derrubados, pois é comum ouvir discursos equivocados sobre a atuação desses profissionais.

Esta pesquisa tem como objetivo geral: investigar o perfil dos educadores (atendentes de creche) da rede municipal de educação do Município de Curitiba, enfocando sua formação escolar, sua prática docente as perspectivas frente a sua formação continuada e ao trabalho que realizam.

No primeiro capítulo faz-se uma reflexão sobre a formação dos profissionais da educação infantil enfocando o contexto nacional, estadual (Paraná) e municipal (Curitiba), bem como a visão de autores que realizam estudos nesta área. O segundo capítulo traz os dados coletados, através de uma entrevista com um profissional da Secretaria Municipal de Educação, enfocando ações referentes a formação dos educadores infantis e apresenta os dados coletados com os profissionais da educação infantil, através do questionário aplicado com educadores, dos centros de educação infantil, do núcleo do portão ( maior núcleo regional de Curitiba); também traz a análise destes dados. No último capítulo tem-se uma reflexão sobre o contexto atual da educação infantil no município apontando questões relevantes sobre a formação dos profissionais da educação infantil.

## CAPITULO I

### UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE EDUCADORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

A educação infantil institucionalizada tem uma história muito recente, por muito tempo a educação das crianças pequenas era de responsabilidade exclusiva da família. As transformações ocorridas na sociedade acarretaram a necessidade de uma instituição que se encarregasse do “cuidado” dessas crianças. O surgimento dessas instituições e o processo de educar e relacionar-se com os pequenos depende do conceito de criança e infância que cada sociedade tem.

Ao se pensar a organização do trabalho educativo nas instituições de Educação Infantil, torna-se essencial uma reflexão sobre a concepção de criança e de infância, pois nesta etapa da educação a criança possui características específicas que não podem ser desconsideradas no trabalho que se realiza com elas. Estes conceitos estão diretamente relacionados com a formação dos educadores infantis.

*Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há “janelas de oportunidade” na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa investir no desenvolvimento humano de forma imusitada. (BRASIL, 2000: 39)*

A concepção de criança é uma construção social e histórica que vem sofrendo alterações de acordo com as transformações sociais, culturais, econômicas que se trava em determinada sociedade.

Tendo como referência ARIÈS (1978), é possível verificar que o entendimento histórico da criança se faz através de três identidades:

- 1º. Criança – Adulto ou Infância Negada ( séc. XIV, XV).
- 2º. Criança – Filho – Aluno ou Infância Institucionalizada ( séc. XVI, XVII).
- 3º. Criança Sujeito de direitos ( séc. XX).

Até por volta do século XII a criança não se distinguia do adulto, não havia uma consciência de infância enquanto uma etapa importante da vida, com características

próprias. A mortalidade infantil atingia números elevadíssimos, como consequência não ocorria um apego afetivo para com as crianças. Na sociedade medieval não havia o sentimento de infância, a criança era ao mesmo tempo um mistério e um ser sem humanidade, sem conceito social preciso, que se tornaria pessoa ao ser jogada na sociedade dos adultos. Por volta do século XIV, começa a aparecer um tratamento diferente com as crianças, a “paparicação”, na qual eram vistas como um objeto para divertir os adultos que se reuniam para rir das gracinhas feitas por elas. A identidade da INFÂNCIA NEGADA era caracterizada pelo não sentimento de infância, a criança não se distinguia do adulto.

A identidade da INFÂNCIA INSTITUCIONALIZADA se caracterizava por uma preocupação com a preparação para a vida adulta, na qual a escola era a instituição com essa finalidade e o disciplinamento e a clausura eram métodos comuns.

A CRIANÇA enquanto SUJEITO DE DIREITOS surge no século XX, o avanço tecnológico traz transformações em todos os setores da sociedade e a criança passa a ser vista como cidadã e conseqüentemente com direitos a serem assegurados.

Atualmente, o entendimento do que é ser criança pode variar de acordo com a cultura ou até mesmo a família em que a criança esta inserida. O entendimento da criança ainda traz resquícios dessa história relatada anteriormente, pois ainda temos pessoas que se utilizam da paparicação para relacionar-se com a criança não compreendendo que ela é um ser capaz de interagir e apreender o mundo que a cerca vivendo suas contradições, também temos aqueles que vêem a educação infantil como uma preparação para a escola e esta para o mundo do trabalho, sem deixar a criança viver sua infância de forma lúdica e prazerosa.

*As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e por meio das brincadeiras explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. (BRASIL, 1998: 21)*

Assim, a criança tem um mundo a descobrir e interagindo com este é que forma sua identidade. Entendemos a criança como um sujeito biopsicosocial que constrói sua história e se encontra num processo de desenvolvimento que engloba os aspectos cognitivos, psicológicos, biológicos, emocionais e sociais, que pode aprender as características da sociedade em que vive e para a qual seus conhecimentos são e serão necessários, assim como poderá desenvolver uma consciência de transformação social.

Tendo como referência este conceito de criança vamos partir para uma reflexão sobre a formação dos profissionais, que tem se ocupado delas nas instituições de educação infantil.

Essa análise será feita primeiramente no contexto nacional enfocando a legislação vigente, bem como as ações por parte do governo federal, também enfocaremos o papel do Estado nesse contexto e, finalmente, focalizaremos a realidade no município de Curitiba, onde foram coletados os dados da pesquisa de campo.

## A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL APÓS A DÉCADA DE 90.

A Constituição Federal (1988) afirma a criança como sujeito de direitos, até então a criança não era reconhecida legalmente como um sujeito com direitos a serem garantidos. Esse fato desencadeou uma série de movimentos em prol da criança, pois até então a educação da criança pequena em instituições públicas era tida como um direito da mãe trabalhadora. Com a Constituição, a educação infantil passou a ser vista sob outra perspectiva. É lógico que as alterações decorrentes do entendimento da criança enquanto sujeito de direitos não ocorrem em fração de segundos após a promulgação da lei, mas faz parte de um longo processo de reorganização social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado em 1990. Com ele são garantidos uma série de direitos básicos para nossas crianças. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reconhece a educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Apesar de ainda não ter um caráter obrigatório, esse fato contribui para que mudanças ocorram, entre elas podemos destacar a inclusão da educação infantil nos sistemas de ensino, pois até então eram gerenciadas pelas secretarias de ação social.

Como nosso foco é a formação de profissionais para a educação infantil vamos analisar a legislação e as políticas públicas relativas à formação desse profissional.

Temos uma história de exclusão na educação infantil, marcada pelo caráter assistencial. Assim, o profissional que atendia as crianças não necessitava de formação específica, mas apenas ter o domínio dos procedimentos de cuidados básicos necessários para a sobrevivência das crianças.

Os movimentos em prol da educação infantil conquistaram uma legislação que trouxe a tona um conceito de criança que necessita, não apenas de cuidados, mas também de educação, sendo que cuidar e educar são ações indissociáveis no trato com as crianças pequenas. Decorrente disso, o profissional não pode mais agir apenas pelo senso comum, mas são necessárias outras habilidades e conseqüentemente formação inicial e em serviço, para que ele alcance os objetivos traçados para seu trabalho.

Ao pensarmos que a criança pequena necessita de estímulos para desenvolver seu potencial estamos pensando na formação dessa criança, pois entendemos, hoje, que a educação infantil é o alicerce da educação básica. Assim, é essencial repensar a função dos profissionais que educam essa criança, que pela conjuntura em que foram contratados também necessitam de formação.

Desde a década de 90 muitas discussões, legislações e também algumas ações compõem a história vivida em relação à formação de profissionais para a educação infantil.

Em 1994 o MEC publica um documento (o caderno rosa) intitulado “*Por uma política de formação do profissional de educação infantil.*”, esse foi fruto de um encontro técnico para discutir os pontos mais relevantes da formação de educadores. Neste período compreende-se a formação do educador como melhor investimento para alcançar a qualidade nessa etapa do ensino. O documento traz as seguintes diretrizes para essa formação.

*(1) Formas regulares de formação e especialização, bem como mecanismos de atualização dos profissionais de educação infantil deverão ser assegurados, (2) a formação inicial, em nível médio e superior, dos profissionais de educação infantil deverá contemplar em seu currículo conteúdos específicos relativos a essa etapa educacional, (3) a formação do profissional de Educação Infantil, bem como a de seus formadores, deve ser orientada pelas diretrizes expressas neste documento, (4) condições deverão ser criadas para que os profissionais da educação infantil que não possuam qualificação mínima, de nível médio, obtenham-na no prazo de 8 anos. (BRASIL, 1994: 12)*

Esse documento aponta com clareza direções a serem tomadas em relação à formação dos educadores infantis. É possível perceber que apesar de já terem se passado 10 anos da sua publicação as diretrizes lá apontadas continuam sendo as mesmas.

A LDB 9394/96 traz no art.62 que: *“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.”*

A formação mínima exigida pela LDB ainda não é uma realidade no contexto da educação infantil nacional, sendo que são necessárias ações concretas para que todos os educadores alcancem essa formação. Percebemos que todos os documentos apresentados pelo MEC, bem como, a legislação aponta a questão da formação como uma necessidade, mas ainda há muito para ser feito.

O documento (caderno amarelo) *“Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise”*, publicado pelo MEC em 1996, traz reflexões referentes a construção de uma proposta pedagógica para a educação infantil, apresentando as experiências de Curitiba, São Paulo, Sergipe e Rio de Janeiro e também para a formação de educadores, podemos encontrar algumas recomendações feita pela equipe de pesquisadores da área da educação infantil, sendo que quatro delas se voltam para a questão da formação.

1. *Que as equipes das secretarias busquem caminhos para a sua qualificação profissional, tanto no que tange à especificidade pedagógica da educação infantil, quanto no que se refere a gestão da mesma.*
2. *Que sejam criados cursos de suplência ou outros que viabilizem a profissionalização dos educadores de creche que ainda não completaram sua formação regular.*
3. *Que nos concursos públicos para a seleção de profissionais seja considerada a especificidade da educação infantil.*
4. *Que sejam criados mecanismos efetivos de fixação dos educadores no âmbito da educação infantil, diminuindo a rotatividade desses profissionais. (BRASIL, 1994: 67)*

Neste período, pós 1994, o MEC mostrou-se preocupado com a educação infantil publicando uma série de documentos com orientações. No entanto poucas têm sido as ações efetivas e a caminhada tem sido lenta.



Em 1997, o MEC apresenta a primeira versão do Referencial Curricular para a Educação Infantil, que pretende oferecer aos sistemas de ensino e às instituições de Educação Infantil uma referência de qualidade para a ação dos professores. Este documento é considerado pelo MEC um passo para a profissionalização dos educadores infantis, pois pretende através de material bibliográfico levar informações e possíveis reflexões para os profissionais que atuam diretamente com as crianças. Não obstante, apenas o documento não garante que mudanças efetivas aconteçam, mas muitos profissionais que não têm acesso a materiais bibliográficos para embasar suas práticas diárias tiveram uma oportunidade através deste material. Da mesma forma apenas o acesso ao material também não garante efetivas alterações na rotina de trabalho dos educadores em questão.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) destina apenas três páginas para falar sobre os educadores infantis. Reconhece que os profissionais que atuam nas creches e pré-escolas têm uma formação de base variada, sendo que a maioria não tem formação adequada, recebem baixos salários e trabalham em condições precárias.

*...os debates têm indicado a necessidade de uma formação mais abrangente e unificadora para os profissionais tanto de creche como de pré-escolas e de uma reestruturação dos quadros de carreira que leve em consideração os conhecimentos já acumulados no exercício profissional, como possibilite a atualização profissional. (BRASIL, 1998: 39)*

Assim, há uma orientação para que as redes de ensino invistam na capacitação e atualização permanente e em serviço desses profissionais e lhes dêem chances de acesso à carreira de professor de educação infantil.

Com base nessas exigências quanto à formação o Referencial propõe que o profissional da educação tenha uma competência polivalente.

*Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que*

*desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. (BRASIL, 1998: 41)*

Assim, podemos perceber que muitas são as competências que os educadores infantis devem ter, mas será que eles têm recebido suporte para desenvolvê-las?

Um fator que está diretamente relacionado com a formação dos educadores é o acesso aos bens culturais. Como difundir e ampliar o nível cultural de nossos pequenos se muitas vezes o próprio educador não tem a oportunidade de aprimorar sua cultura apresentando com frequência falhas na linguagem, na leitura, na escrita.

Em 1999, foi votada a Resolução CNE/CEB nº 01/99 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, como possui mandatório, deve nortear a organização da educação infantil em todos os municípios brasileiros. No Parecer CNE/CEB nº 22/98, elaborado por Regina Alcântara de Assis, encontramos muitas reflexões pertinentes sobre o contexto geral da educação infantil no país. Em relação à formação podemos destacar a orientação para que haja uma reestruturação nos cursos de formação de professores tanto em nível médio como no superior. Enfatiza que não basta um estudo superficial dos conteúdos básicos a serem adquiridos pelos professores, pois a superficialidade pode ocasionar uma visão artificial do como trabalhar com as crianças.

*...é indispensável enfatizar a importância da formação prévia e atualização em serviço dos educadores. Os cursos de formação de docentes para a Educação Infantil nos níveis médio e superior devem adaptar-se, com a maior urgência às exigências de qualificação dos educadores para as crianças de 0 a 6 anos, considerando as transformações familiares e sociais, as características sempre mais acentuadas da sociedade de comunicação e informação, e suas conseqüências sobre as crianças, mesmo as de mais baixa renda. (BRASIL, 1998: 09)*

Também enfatiza a qualificação do profissional para se alcançar a qualidade da educação infantil como um todo. Assim, propõe que haja colaboração entre as universidades e centros de ensino superior com os sistemas de ensino e com instituições para crianças de 0 a 6 anos, no intuito de qualificar os profissionais de Educação Infantil no Brasil.

O parecer (CEB 022/98) aponta para a necessidade de que seja explicitado nas propostas pedagógicas como ocorrerá a formação em serviço dos profissionais que atuam com as crianças, sendo que esta precisa ter um caráter permanente devido às disparidades encontradas em relação à formação de base, atendendo assim, às necessidades dos profissionais.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (2001-2010), fixando diretrizes, objetivos e metas para um período de dez anos (o que deve garantir continuidade na política educacional), contempla todos os níveis e modalidades de ensino, sendo que nosso foco de análise se fará em cima da questão da formação de profissionais para a educação infantil.

O Plano Nacional de Educação (2001-2010) reconhece a importância da educação infantil como o alicerce da educação do ser humano.

*...a educação infantil terá um papel cada vez maior na formação integral da pessoa, no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizagem e na elevação do nível de inteligência das pessoas, mesmo porque a inteligência não é herdada geneticamente nem transmitida pelo ensino, mas construída pela criança, a partir do nascimento, na interação social mediante a ação sobre os objetos, as circunstâncias e os fatos. (Brasil, 2000: 47)*

O plano decenal de educação reconhece os pontos negativos presentes no atendimento dado a criança, sendo que aponta a questão dos ambientes impróprios, os profissionais mal qualificados, a falta de estrutura física e de materiais pedagógicos entre outros. Divulga que no panorama nacional, do total de profissionais que atuam na educação infantil cerca de 13% possuem apenas o ensino fundamental completo ou incompleto, 66% tem o ensino médio e 20% tem o ensino superior. Constatam que, de 1987 a 1998, houve um aumento do número dos diplomados em nível universitário trabalhando com a educação infantil. No referido plano se reconhece a importância da qualificação docente para atingir a qualidade nesta etapa do ensino, porém constata-se que não bastam diplomas é preciso que a atuação do profissional atenda as especificidades próprias desta etapa de ensino.

*... é fundamental que os profissionais sejam altamente qualificados. Nível de formação acadêmica, no entanto não significa necessariamente habilidade para educar criança pequena. Daí porque os cursos de formação de magistério para a educação infantil devem ter uma atenção especial à formação humana, a questão de valores e as habilidades*

*específicas para tratar com seres tão abertos ao mundo e tão ávidos de explorar e conhecer como são as crianças. (BRASIL, 2000: 04)*

O plano reconhece que a formação dos profissionais da educação infantil merece uma atenção especial, enfatizando que esse profissional precisa conhecer as bases científicas do desenvolvimento da criança, a produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Propõe que esta não ocorre apenas na formação de base, mas também na formação inserida no trabalho pedagógico. Assim, traça objetivos para a educação infantil.

*5. Estabelecer um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de educação infantil, com a colaboração da União, Estados e Municípios, inclusive das universidades e institutos superiores de educação e organizações não governamentais, que realize as seguintes metas:*

- a) que em cinco anos, todos os dirigentes de instituições de educação infantil possuam formação apropriada em nível médio (modalidade normal) e em dez anos, formação de nível superior;*
- b) Que em cinco anos, todos os professores tenham habilitação específica de nível médio e, em dez anos, 70% tenham formação específica de nível superior;*

*(...)*

*7. No prazo máximo de três anos a contar do início desse plano, colocar em execução programa de formação em serviço, (...), preferencialmente em articulação com instituições de ensino superior, com a cooperação técnica e financeira da União e dos Estados, para a atualização permanente e o aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais que atuam com a educação infantil, bem como a formação do pessoal auxiliar....*

*(...)*

*24. Ampliar a oferta de cursos de formação de professores de educação infantil de nível superior, com conteúdos específicos, prioritariamente nas regiões onde o déficit de qualificação é maior, de modo a atingir a meta estabelecida pela LDB para a década da educação. (BRASIL, 2000: 52-55)*

O plano decenal apresenta 25 metas para a educação infantil e, destas, 3 trazem questões referente a formação de educadores sob diferentes perspectivas: aponta a

questão da formação de base limitando o tempo para que se alcance a formação exigida, propondo a ampliação da oferta de cursos de formação de professores, bem como, sua reestruturação no que diz respeito aos conteúdos essenciais e a formação em serviço aponta a necessidade de parcerias com as universidades. Esses apontamentos são muito importantes para que os municípios organizem suas ações em relação à educação infantil através de parceria com os outros segmentos do poder público, pois sozinhos terão dificuldades para dar conta do que está sendo proposto.

No plano das Políticas Públicas, foi possível constatar algumas iniciativas que estão contribuindo para uma sensibilização quanto à importância da educação infantil no contexto da educação do ser humano, bem como da formação dos profissionais que se ocupam dessas crianças. Um exemplo pode ser encontrado no município de São Paulo onde foi organizado um curso de formação de base para os profissionais da educação infantil. Podemos perceber que as orientações quanto à formação permanecem as mesmas em todos os documentos e o que precisamos agora é garantir financiamento para que as ações aconteçam.

Entre 23 e 25 de abril de 2002, foi realizado o Simpósio “Educação Infantil: construindo o presente”, neste foram discutidos diferentes assuntos referentes à educação infantil, para tal contou-se com a contribuição de diversos pesquisadores da área dentre estes M<sup>a</sup> MALTA CAMPOS. Segundo a autora em seu artigo “Formação e Carreira do Magistério” (2002, 195), é preciso garantir o cumprimento da lei em relação aos seguintes aspectos:

- *a formação mínima em magistério de nível médio deve ser reafirmada inclusive para educadores ou auxiliares de creche que trabalham diretamente com crianças de 0 a 3 anos, ou com crianças de 4 a 6 anos em CEIs;*
- *políticas de formação em serviço nas redes escolares devem sempre incluir pessoal de creche;*
- *políticas de formação de professores leigos devem incluir o pessoal de creche;*
- *políticas de implantação de cursos de magistério em nível médio ou superior devem sempre contemplar a realidade da creche e da educação da criança pequena;*
- *há necessidade de formação e atualização de formadores (professores de cursos de magistério em nível médio e superior) que contemple a educação infantil;*
- *há necessidade de elaboração de currículos de cursos de magistério em níveis médio e superior que contemple a educação infantil. (CAMPOS, 2002: 195)*

Em geral, vemos que a formação compreende a formação de base ou inicial que inclui os níveis fundamental, médio e superior de ensino e a formação em serviço que engloba os estudos realizados para organizar os planejamentos e os cursos de aperfeiçoamento. Podemos ter cursos iniciais, em serviço, no caso dos educadores leigos em atividade. Todos os documentos apontam a necessidade de investir na formação, bem como na reestruturação dos cursos oferecidos pelas universidades e institutos de ensino superior para que atendam as especificidades da educação infantil. A defasagem da formação do educador faz parte de um processo histórico no qual a educação escolar ainda não atingiu os níveis qualitativos almejados, vemos que as falhas acontecem em todos os níveis de escolarização, o que acaba por gerar um ciclo onde a falta de qualidade torna-se uma característica evidente.

#### A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO ESTADUAL

Os Estados não são responsáveis diretos pela educação infantil oferecida nos municípios, pois segundo a LDB 9394/96, no Art.11, do cap.V, é incumbência dos municípios oferecer a educação infantil.

*V- oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recurso acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (LDB 9394/96, 1997: 13)*

Isso faz com haja pouca intervenção do Estado no que diz respeito à educação infantil. No entanto, como é responsabilidade do Estado oferecer o ensino médio, esse fato pode se relacionar com a educação infantil na medida em que o curso normal de nível médio é a exigência mínima para os profissionais dessa área. O Estado também tem como responsabilidade normatizar a educação infantil, através dos conselhos estaduais de educação.

*...sendo a instancia estadual aquela que é diretamente responsável pela rede pública de ensino médio, o que inclui o curso normal de formação de professores, uma de suas atribuições deveria ser a de contribuir para a formação dos*

*educadores que atuam ou vão atuar nas creches e pré-escolas do estado, garantindo vagas, orientando currículos e a produção de material didático, estabelecendo convênios e outras formas de colaboração com os municípios. (CAMPOS, 2002: 19)*

No entanto, no Estado do Paraná houve uma interpretação equivocada da LDB 9394/96 e os cursos de magistério foram fechados durante a gestão do governador Jaime Lerner (1994-2001). Apenas 14 escolas mantiveram o curso, em todo o Estado, devido a resistência e persistência dos professores. Atualmente, na gestão do governador Roberto Requião (2002-2006), esses cursos foram reabertos em várias escolas, no ano de 2005 totalizam 86 escolas.

Percebemos que o papel dos estados é muito relevante para a qualificação dos educadores infantis. Devido as exigências legais esses profissionais estão cada vez mais procurando qualificação nos cursos de magistério em nível médio e superior, no entanto os baixos salários não permitem arcar com ônus de cursos na rede particular, precisando então recorrer aos cursos públicos que, no caso do Estado do Paraná, só em 2004 voltaram a ser ofertados e que devem primar pela qualidade também tendo professores qualificados para ensinar nossos educadores e para fazer uma boa vinculação entre teoria e prática.

Atualmente, a formação mais comum e acessível aos educadores tem sido os cursos a distância, via teleconferências e aulas gravadas em fitas de vídeo. É muito comum vermos propagandas desses cursos. A prefeitura municipal de Curitiba tem realizado convênios e tem possibilitado acesso a esses cursos para alguns de seus educadores.

A educação a distância é apontada na legislação como uma possibilidade para alcançar a formação mínima exigida para os profissionais de educação infantil Porém, é preciso uma fiscalização rigorosa dos cursos que geralmente são oferecidos por instituições particulares, para que estes não se tornem uma indústria de diplomas sem a qualificação necessária.

O Sistema Estadual de Ensino no Estado do Paraná, estabelece na Deliberação CEE nº 003/99 as Normas para a Educação Infantil. O município de Curitiba ainda não possui um sistema municipal de ensino (esta em tramitação na Câmara) tendo que seguir as normas estabelecidas pelo Estado.

Em relação aos profissionais o CAPÍTULO VII traz as seguintes orientações:

*Art.41 – A direção da instituição de educação infantil será exercida por profissional formado em curso de graduação em Pedagogia ou em curso de pós-graduação em educação.*

*Art. 42 – O docente para atuar na educação infantil deverá ser formado em curso de nível superior (licenciatura de graduação plena), admitida como formação mínima a oferecida no Curso Normal ou equivalente em nível médio, com habilitação específica para Educação Infantil.*

*§ 1.º - Se comprovada a inexistência de professores especificamente habilitados para a Educação Infantil, poderão ser indicados docentes formados no Curso Normal ou equivalente em nível médio ou Pedagogia, sem especialização de que trata o presente artigo.*

*§2.º - O sistema de ensino promoverá o aperfeiçoamento dos professores de educação infantil em exercício, de modo a viabilizar formação continuada.*

*Art. 43 – A Educação Infantil poderá ser efetivada mediante a cooperação entre professores e especialistas e ainda outros profissionais de atividades específicas de acordo com o tipo de atendimento a ser ofertado e a proposta pedagógica da instituição. (PARANÁ, 1999: 13-14)*

Também, traz no CAPÍTULO IX a seguinte orientação:

*Art. 49 – Até o final da década da Educação- 23 de dezembro de 2007 – somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço, para atuarem nas instituições de educação infantil públicas e privadas.*

*Parágrafo Único – Os mantenedores de instituições de educação infantil que apresentem em seus quadros de recursos humanos atendentes infantis ou professores leigos que não possuam a formação mínima exigida em lei, deverão adotar providências para complementação da formação em nível médio – Curso Normal ou equivalente, com habilitação específica em Educação Infantil. ( PARANÁ , 1999: 15)*

Embora, estas sejam as orientações do Estado percebemos que os municípios ainda não deram conta de atendê-las, pois como podemos observar pelos dados coletados sobre o município de Curitiba e analisados no capítulo posterior, a maioria dos educadores não possui habilitação em magistério ou normal superior. Então torna-se necessário que medidas realmente eficazes sejam tomadas quanto a formação dos educadores infantis, mas é preciso tomar cuidado com a prática de uma formação



aligeirada, que venha apenas suprir a necessidade de certificados e não contribua para a qualidade no atendimento realizado.

Também é necessário pensar a formação de forma segura e com alternativas possíveis, pois não bastam apenas exigências legais se na prática as coisas continuam as mesmas. Portanto, investir em formação é investir em qualidade da educação infantil como um todo.

## A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA X A FORMAÇÃO DO EDUCADOR INFANTIL.

Tendo por base dados presentes nas diretrizes curriculares municipais (CURITIBA, 2004) faremos um breve histórico da educação no município de Curitiba.

Em 1968, foi constatado que apenas uma pequena parcela da população recebia atendimento pré-escolar, sendo que geralmente faziam parte das escolas das regiões centrais do município como o Colégio Xavier da Silva e o Instituto de Educação, estabelecimentos da rede estadual de ensino.

Em 1975, o plano educacional do município atribuiu para a educação infantil a função de preparar para a 1ª série, diminuindo o número de reprovações comuns nesta série. Era comum ver a criança como um ser com carências a serem supridas e que as deficiências na alimentação e falta de estímulos precisavam ser compensados para que a criança aprendesse melhor. Com esse ideário ocorreram as primeiras manifestações do poder público para a construção de creches, pois nesse período houve uma reorganização urbana em alguns lugares da cidade, na qual as pessoas que residiam em favelas foram relocadas para conjuntos habitacionais na periferia da cidade.

Até 1979, foram construídas 10 creches, nesse período havia 59 escolas municipais e destas 34 ofereciam turmas de pré-escola, sendo que a maioria das turmas funcionavam em dias alternados (em torno de duas vezes por semana). As creches visavam atender as mães que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos pequenos, então o atendimento era centrado na guarda e disciplinamento dessas crianças. Como a função da educação infantil nas primeiras creches municipais foi essa não era exigida nenhuma qualificação dos profissionais que atuavam com essas crianças e tão pouco se pensava na qualidade deste atendimento, pois para o ideário da época estavam sendo supridas as necessidades dessas crianças (sobrevivência) e principalmente das mães trabalhadoras que podiam se dedicar mais ao seu trabalho.

Em 1982, surge a primeira preocupação com os profissionais que atuam na educação infantil, pois cita-se no Programa de Atendimento Infantil (1982) a necessidade de investir na capacitação dos profissionais. Nesse período surge um programa de estimulação essencial com o objetivo de compensar as carências resultantes da má alimentação e da falta de estimulação e o programa de educação pré-escolar foi estendido às creches de vizinhança (instituições que funcionavam em espaços domiciliares, atendiam grupos de 10 crianças de zero a seis anos, sob cuidados de uma pessoa da comunidade em substituição da mãe). Aos poucos estas creches foram sendo administradas pelas Associações de moradores dos bairros e depois foram oficializadas, passando a integrar a Rede Oficial do Município, a partir de 1984.

Com a Constituição de 1988 e o Estatuto da criança e do Adolescente (1990) começa uma nova visão do atendimento em creches, sendo que o caráter educativo começa a superar o assistencial. Assim, em 1994, foi elaborada e publicada a Proposta Pedagógica para a Educação Infantil no Município, esta voltava-se ao desenvolvimento infantil, com ações educativas e a capacitação dos profissionais, então evidenciava a creche como um espaço educativo. A Proposta Pedagógica foi elaborada através de um trabalho integrado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). A parceria aconteceu através do Projeto Araucária-Centro de Apoio à Educação Pré-Escolar que era um programa da Universidade Federal do Paraná. Esse projeto tinha como principais ações: desenvolver cursos de aperfeiçoamento para diferentes categorias de profissionais que atuam com a educação infantil: técnicos, professores, coordenadores, diretores, atendentes cozinheiros e auxiliares; elaborar e implantar Proposta Pedagógica para o atendimento à criança de 0 à 6 anos; produzir material didático pedagógico; realizar pesquisas.(CURITIBA, 1994: 01)

Com relação a formação escolar de base (CURITIBA, 2004) até 1998, os profissionais apresentavam o primeiro grau completo como formação mínima exigida. A partir desse ano, com o Projeto de Escolarização desenvolvido pela Secretaria Municipal da Criança em parceria com a Secretaria Estadual de Educação a maioria concluiu o ensino médio em regime supletivo. Em 2002, foi proporcionado para 120 educadores um curso com habilitação em educação infantil de nível médio. Esse investimento em formação de base, foi retomado no final do ano de 2004, quando 500 profissionais foram selecionados, através de um teste, para o curso a distância, de nível médio na modalidade normal com ênfase em educação infantil, esse curso foi ofertado

através de um convenio com uma instituição privada, sendo que os profissionais pagam uma parte e a prefeitura paga outra.

Desde 1989 até o ano de 2003, a educação infantil ofertada pelo município de Curitiba era pensada sob duas estruturas diferentes, sendo que as creches estavam sob responsabilidade da Secretária Municipal da Criança, que apresentava um caráter assistencial de apoio a mãe trabalhadora, mesmo já havendo outra visão do atendimento, devido às pesquisas e a legislação. E esta Secretaria foi marcada historicamente pelo caráter assistencial. Ao mesmo tempo, nas escolas municipais era ofertado o ensino pré-escolar, para crianças de 5 a 6 anos de idade, que no início tinha um caráter de preparação para a 1ª série.

Em 2003, houve a incorporação da educação infantil pela Secretaria Municipal da Educação, das instituições oficiais, ficando as conveniadas vinculadas a Fundação de Ação Social (FAS). Essa integração trouxe o profissional de pedagogia para atuar como coordenador pedagógico nos centros municipais de educação infantil, possibilitando assim que os profissionais que atuam nos centros tivessem o apoio de um profissional habilitado para elaborar seus planejamentos, refletir sobre sua prática e realizar estudos no próprio local de trabalho. Até então esse trabalho era realizado por um técnico (pedagogo, psicólogo, assistente social...) que visitava as instituições para acompanhar o trabalho realizado, os técnicos eram distribuídos por regional e tinham sob sua incumbência um número grande de CMEIs (podia variar entre 6 e 12; no início havia um número maior de técnicos que com o passar do tempo diminuiu significativamente ocasionando um acréscimo no número de equipamentos por técnico). Dentro da estruturação atual do trabalho pedagógico nos CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil), a atuação do pedagogo não ocorre em período integral, sendo que este permanece apenas por quatro horas no CMEI, no período da manhã. Dada a necessidade de formação dos educadores seria essencial que esse profissional permanecesse período integral acompanhando as atividades práticas e auxiliando nas dificuldades encontradas.

Quanto aos profissionais que atuam diretamente com as crianças nos centros de educação infantil do município de Curitiba temos o professor com nível superior que atua nas salas de jardim II, com crianças de 4 a 5 anos de idade, tanto nesta como nas demais salas temos os “educadores” que atuam com crianças de zero a 5 anos de idade, este fato traz um certo conflito entre os profissionais. Muitas vezes o professor muitas vezes é considerado superior na hierarquia funcional pois pertence a carreira do

magistério que possui características distintas, mesmo que ambos realizem a mesma função.

Os educadores infantis possuem um plano de cargo e carreira (Lei nº 10390/02) próprio, sem vinculação com a carreira do magistério. Neste estão postas as especificidades da carreira de educador, bem como, as possibilidades de avanços. Basicamente, a estrutura da carreira do educador infantil, denominada atendimento a infância e adolescência, esta composta pelos seguintes níveis:

**PARTE ESPECIAL**, é composta pelos educadores que ainda não concluíram nível médio de escolarização, tendo como formação o ensino fundamental, suas atribuições específicas são: executar atividades pedagógicas, educativas e de recreação na área de atendimento à infância e adolescência, realizando tarefas de limpeza e conservação dos equipamentos;

**EDUCADOR NIVEL I**, é composta pelos educadores com nível médio completo e tem como atribuições: prestar atendimento referente aos cuidados de crianças e adolescentes nos equipamentos sociais, com a finalidade de promover a educação e o desenvolvimento integral dos mesmos, de acordo com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**EDUCADOR NIVEL II**, composto pelos educadores com nível médio na modalidade de magistério ou normal em médio ou pós-médio, tendo como atribuições: prestar atendimento referente aos cuidados de crianças e adolescentes nos equipamentos sociais, com a finalidade de promover a educação e o desenvolvimento integral dos mesmos, de acordo com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente; ter condições, simultaneamente de lidar com crianças e/ou adolescentes em todos os aspectos gerais, bem como elaborar e executar projetos específicos voltados para sua área de atuação.

Os educadores junto a seus respectivos sindicatos têm reivindicado uma reformulação do plano de cargo e carreira, pois este não apresenta um ganho significativo no que diz respeito aos salários e não abre possibilidades de avanços para os profissionais que concluem o nível superior de ensino, sendo que a lei se limita ao nível médio. Assim, o educador que faz o curso normal em nível superior não pode se candidatar para a subida de nível. Esse fato faz com que os profissionais procurem se habilitar para lecionar no ensino fundamental através de um outro concurso público.

O avanço de um nível para o outro, denominado crescimento vertical, é feito através de um procedimento específico composto por: I prova de títulos; II atingimento da pontuação mínima no formulário de avaliação de reconhecimento pessoal e profissional; III exame médico-ocupacional. (CURITIBA, 2002)

Na carreira do magistério o professor trabalha 20 horas semanais, tem garantido 4 horas semanais para permanência (hora atividade) onde tem a possibilidade de preparar suas aulas e realizar cursos, no entanto o educador trabalha 40 horas semanais e tem garantido apenas 1 hora semanal para permanência.

Alguns municípios já possuem professores em todas as turmas da educação infantil, um exemplo é o município de Campo Largo. Neste município, há professores atuando desde o berçário até as turmas de jardim e os educadores atuam como auxiliares no processo educativo. É possível perceber a necessidade de uma melhoria na atuação dos profissionais de educação infantil e para isso sua formação é inevitável.

Atualmente, as escolas municipais de ensino fundamental tem incorporado a educação infantil através das classes de jardim II (este trabalho iniciou em 2003) e pré-escola, que compreendem crianças de 4 a 6 anos de idade. Essa incorporação também exige uma reestruturação da escola quanto ao espaço físico, materiais adequados e também capacitação dos professores, pois estes tendem a escolarizar as crianças ou prepará-las para a 1ª série. Assim, é preciso romper com a separação entre os CMEIs e as escolas, ambos tem muito a ensinar um para o outro e os profissionais ganharão muito com isso. Mas para que isso ocorra é necessário construir uma nova visão da atuação dessas instituições e promover parcerias.

Atualmente, a formação em serviço dos educadores em Curitiba tem sido realizada através de cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação. Para os profissionais que atuam nos berçários houve uma estratégia diferente de formação, sendo que estes recebiam a visita de um profissional que foi selecionado entre os educadores que tinham uma experiência significativa no trabalho com o berçário, este recebeu uma capacitação para orientar a atuação dos demais educadores que também trabalham nos berçários. Essa visita tinha uma duração de dois dias e foi realizada apenas uma vez durante o ano de 2004. Nos últimos dois anos foram ofertados poucos cursos para os profissionais da educação infantil, em relação a quantidade de cursos ofertados para os profissionais das escolas de ensino fundamental. O pessoal dos CMEIs não podem participar dos cursos ofertados para a educação infantil das escolas, há uma separação entre a educação infantil ofertada nas escolas e nos centros de educação

infantil, sendo que, até os cursos para professores, ofertados para a escola, não podem ser realizados pelos professores que atuam nos centros. Assim, percebemos uma fragmentação no ensino, apesar da incorporação da educação infantil pela secretaria de educação, ainda há muito que ser feito para que esta incorporação seja realmente sentida pelos profissionais.

#### FORMANDO PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

Atualmente, um número significativo de pesquisadores tem se dedicado ao estudo da educação infantil, mas durante muito tempo esta etapa da educação foi pouco lembrada pela academia. Ainda hoje há uma separação nas pesquisas realizadas na área educacional sendo que se não fosse pelos trabalhos de FULVIA ROSEMBERG, ZILMA OLIVEIRA, MARIA MALTA CAMPOS, MOYSÉS KUHLMANN Jr, SONIA KRAMER, entre outros, que resolveram investir em pesquisas nesta etapa, pouco teríamos de material específico.

Nos fóruns, Simpósios (e outros) realizados para discutir a educação infantil têm surgido muitas pesquisas que vem contribuindo para que essa etapa da educação avance. Sabemos que somos marcados por uma história de exclusão, mas os avanços estão acontecendo.

*A educação infantil vive um período bastante agitado, porém muito rico. Diversos caminhos têm sido trilhados para se definir seu lugar e sua função atual em nossa sociedade. Novas perspectivas em relação ao desenvolvimento infantil têm aberto interessantes possibilidades de promover a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças pequenas em ambientes de educação coletiva, como a creche e a pré-escola. (OLIVEIRA, 2003: 07)*

Com esse turbilhão de conhecimentos sobre a criança e suas necessidades, nos deparamos com o profissional que tem atuado na educação de nossas crianças sem a formação necessária. Assim, esse profissional tem buscado se preparar para atender as necessidades das crianças. Neste contexto a questão da formação dos profissionais é uma das mais importantes para pensar a educação infantil no momento atual.

*Muitos desses profissionais têm uma formação mais próxima de uma visão tradicional do que seria o trabalho escolar com crianças mais velhas, faltando-lhes modelos de desempenho adequados para mediar o desenvolvimento de crianças desde o*

*nascimento. Outros em número não desprezível, não tem sequer o nível mínimo de escolaridade legalmente requerido – a habilitação magistério ou o curso normal em nível médio -, o que tem levado as políticas públicas na área a dar maior atenção ao problema criando programas especiais de formação docente, sobretudo para os educadores de creches. (OLIVEIRA, 2003: 07)*

Assim a formação deve levar em conta o domínio de conceitos e habilidades que proporcionem uma atuação que garanta o direito da criança de viver a sua infância. O professor da primeira infância deve ser um pesquisador e não apenas um executor de atividades.

Ampliar o nível cultural dos profissionais da educação deveria ser uma prioridade para o governo, pois como esse profissional pode ampliar a cultura das crianças, se muitas vezes ele próprio tem sua limitação. A falta de uma formação de base sólida e uma reflexão permanente das práticas realizadas torna-se um entrave para que a qualidade se efetive. O professor sem uma formação adequada acaba agindo pelo senso comum e se remetendo as suas próprias experiências infantis.

*...ao implantar um novo currículo ou método que desconsidera as práticas existentes, as secretarias e universidades não percebem que mesmo errônea, preconceituosas ou equivocadas aos nossos olhos, as práticas concretas feitas na creche, pré-escolas e escolas – e aquilo que sobre elas falam seus profissionais – são o ponto de partida para as mudanças que se pretende implementar. Não podem, portanto, ser deixadas de lado por aqueles que concebem as novas alternativas, sob pena de se cristalizarem como um discurso cheio de palavras bonitas, mas vazio de sentido. (KRAMER, 1994: 25)*

Então, a formação continuada é uma exigência para que esse profissional esteja sempre pensando e repensando a sua atuação com as crianças. A construção do projeto político pedagógico é um processo que auxilia os profissionais da educação infantil na reflexão permanente sobre sua atuação, suas escolhas pedagógicas, sua visão de criança, educação, cuidado, aprendizagem....

A aprendizagem não se processa de forma unilateral, ou seja, o professor ensina o aluno aprende. O ambiente de ensino (escola, CMEI...) proporciona um processo de aprendizagem que envolve todos os que de alguma forma participam dele, assim o educador também desenvolve sua formação através das trocas que realiza com

os colegas de trabalho, as famílias, outras instituições, as crianças... A instituição onde se processa a educação é um lugar rico em cultura, pois processa diferentes culturas formando uma própria. Investir nessa instituição e nos profissionais que atuam nela deveria ser meta para todo governo; mas, infelizmente, na prática os investimentos em educação são mínimos o que dificulta muita a qualidade almejada. Estamos sempre procurando utilizar material mais barato, os salários são muito baixos o que dificulta o desenvolvimento cultural, os recursos são sempre escassos.

*Quando se indica a necessidade de tomar a criança como ponto de partida, quer-se enfatizar a importância da formação profissional de quem irá educar essa criança nas instituições de educação infantil. Não é a criança que precisaria dominar conteúdos disciplinares, mas as pessoas que a educam. (KUHLMANN, 1999: 65)*

Percebemos como é importante uma formação voltada para a melhoria da qualidade de atuação do educador e não apenas voltada para a certificação exigida pela legislação.

Cada vez se torna mais necessário definir o perfil profissional dos educadores infantis. Por muito tempo esse profissional não foi considerado como tal, sendo compreendido como o cuidador, o atendente. Esse profissional possui um perfil próprio que se constrói continuamente, mas que é marcado pelas especificidades de sua atuação.

*... todas as crianças têm direito a um espaço digno e sadio, ao conhecimento, à educação de qualidade, com professores que também sejam tratados e vistos como sujeitos sociais, que produzam cultura e sejam sujeitos da história. Em condições precárias, não se educa (nem se ensina nem se cuida). E aqui reside a maior urgência: precisamos de professores que sejam respeitados nos seus direitos (inclusive o direito a formação), revertendo a situação atual no contexto brasileiro, em que profissionais ganham não pelo nível que alcançam em sua escolaridade, mas pelo nível de escolaridade em que trabalham; assim, os que atuam com a criança pequena são ainda mais desvalorizados. Isso significa que os municípios precisam de recursos, de condições concretas para a ação pedagógica, de condições de trabalho, a fim de assegurar a democratização da educação infantil de qualidade para as crianças (cidadãs de pouca idade) e para os jovens e adultos (cidadãos de todas as idades) que com elas trabalham, para que possam educar com dignidade e contribuam para garantir, com sua atuação, os direitos de todas as crianças. (KRAMER, 2003: 13)*



Todas as crianças têm direito a educação infantil. Temos que romper com o pensamento assistencialista que ainda permeia alguns, assim a visão de uma educação “pobre para pobres” não mais terá espaço no contexto da educação infantil. A qualidade não é alcançada apenas com boa vontade.

*... é importante considerar que, para aprender o ofício docente, o professor necessita em primeiro lugar, construir uma atitude ética para com sua função social, sendo capaz de enfrentar com segurança, ética, justiça e solidariedade todas as questões atuais relativas ao direito universal da educação para todos. Para isso, é essencial que reflita sobre as representações, as teorias e os preconceitos que foi elaborando ao longo de sua vida a respeito das diferentes crianças e de suas famílias, tornando-se capaz de uma ação educativa livre, abrangente e baseada em conceitos, procedimentos e atitudes originárias da ciência, das artes e da cultura. (WAJSKOP, 2003: 17)*

Nosso pensamento é fruto das experiências que tivemos a oportunidade de vivenciar, nossas atitudes são carregadas de valores que apreendemos no decorrer da vida. No entanto, esses podem estar impregnados de conceitos e pré conceitos que nos impedem de avançar. O conhecimento é capaz de nos permitir uma reflexão e esta é capaz de alterar nossas idéias, através de uma construção permanente do pensamento. A educação infantil vem, através da sua historia, impregnada de pensamentos equivocados e que infelizmente ainda são comuns para muitas pessoas, através do confronto teoria e pratica esses pensamentos podem ser superados. Então, ao pensar a formação desses profissionais não se pode ignorar o caráter histórico em que surgiu a educação infantil. Também dos profissionais que atuam nela, sendo que muitas vezes ingressam nesse trabalho pela pouca oportunidade de emprego, pela estabilidade do serviço público e a falta de formação adequada para entrar no mercado de trabalho.

*... formação e carreira são elementos constitutivos da política de valorização profissional, o que indica a sua dimensão de política de educação; a sua dimensão de direito dos trabalhadores em educação; o seu caráter indissociável, conjuntamente com as condições salariais e de jornada de trabalho. (MELO, 2003: 207)*

Podemos verificar nos dados coletados na pesquisa de campo que esses fatores (salário, jornada de trabalho, estrutura física) são apontados pelos profissionais, sendo

que a falta de condições adequadas contribuem para a não qualidade da educação infantil.

Formação e carreira estão diretamente interligados, portanto a necessidade de um plano de cargos e carreira que atenda as necessidades dos profissionais estimulando e contribuindo para a formação permanente é essencial. No entanto, o que é comum se observar é que o profissional da educação infantil sente dia-a-dia sua desvalorização, devido a falta de ações que realmente interfiram positivamente em sua carreira e formação.

*“ ... sobre o perfil do professor: é alguém que recebe menos do que deveria pelo trabalho que desempenha, é alguém que precisa estar em constante aperfeiçoamento, é alguém que tem a capacidade de propor e decidir.” (MELO, 2003: 211)*

Uma política de valorização do profissional da educação infantil é composta de ações que realmente melhorem as condições de trabalho, reconheçam e valorizem a profissão e a pessoa que exerce, criem incentivos à carreira, paguem salários compatíveis com as responsabilidades assumidas por esses profissionais.

A formação, em serviço, do educador infantil deve ser sistemática e permanente, pois a educação envolve muitas questões que exigem reflexões cotidianas. Assim, a vinculação entre a teoria e prática é necessária para que realmente ocorram mudanças no fazer do educador.

## CAPÍTULO II

### A PESQUISA

A pesquisa foi realizada em dois momentos distintos, sendo que realizou-se uma entrevista com um responsável pela educação infantil na Secretaria Municipal de Educação, configurando a visão da formação do educador sob a perspectiva dos gestores públicos e também foi utilizado um questionário com os próprios educadores que atuam no centros municipais de educação infantil compondo o outro segmento.

Para pesquisar os mecanismos de formação continuada proposto pelo município realizou-se uma entrevista com um responsável pela Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação, destacando as principais ações realizadas no último ano, bem como seus objetivos.

Ao investigar as perspectivas dos educadores, que compõem o outro segmento, frente a formação continuada e ao trabalho que realizam com as crianças foi utilizado um questionário (anexo nº. 01).

Foram distribuídos 120 questionários em 9 CMEIs localizados no núcleo regional do Portão (o maior núcleo do município), dos quais retornaram 68 preenchidos. Os questionários foram distribuídos pelas pedagogas que trabalham nestes CMEIs, os educadores não foram obrigados a responder, tinham oportunidade de aderir ou não à atividade.

O questionário foi uma adaptação que teve como base o aplicado na Itália por MOLINA e ONGARI (2003), ao qual procederam-se as alterações necessárias para a nossa realidade. Este procurou coletar dados referentes: a estrutura pessoal dos educadores, ao trabalho, a formação, a estrutura física das instituições, aos anseios e frustrações em relação a carreira e a profissão.

### A VISÃO DA MANTENEDORA

Em fevereiro de 2005, realizou-se a entrevista com uma das gerentes da educação infantil: no entanto, devido à mudança de prefeito esta não mais exercerá essa função, a partir de março, em função de mudanças propostas pela gestão que se iniciou no referido ano. Como ela acompanhou os trabalhos realizados com a educação infantil nos últimos dois anos, era a pessoa mais indicada a responder as questões que seriam solicitadas.

Foram feitas três questões abertas. Foi questionado qual era a visão da Secretaria Municipal da Educação sobre a atual formação escolar dos educadores de CMEI? Quais foram as principais ações referentes à formação tomadas no último ano? Se os objetivos relativos aos processos de formação ofertados pela Secretaria foram atingidos?

Em relação à formação escolar dos educadores as informações obtidas são de ter se iniciado um programa de escolarização, porque os educadores tinham formações diversas: ensino fundamental, ensino médio, tendo em vista o momento em que foram contratados e inseridos no grupo para atuar com as crianças da educação infantil. Então se iniciou um processo de escolarização, antes da transição para a Secretaria Municipal de Educação quando ainda a educação infantil era responsabilidade da Secretaria Municipal da Criança. Hoje, a maioria passou pela escolarização de nível fundamental e médio, mas ainda existe um grupo que pertence ao quadro especial do plano de cargos e carreira sem formação de nível médio, mas este grupo está buscando formação, este grupo tem um número reduzido de pessoal, em torno de 120 educadores aproximadamente (informação extra oficial, dados exatos precisariam ser checados junto a setor de recursos humanos da SME). Para dar conta do que está posto no plano de Cargos e Carreiras (Lei 10390/02) a Secretaria tem como meta realizar um procedimento de mudança do quadro especial para o permanente, sendo que uma das exigências para participar deste é a conclusão do ensino médio, assim deverá haver redução no número de educadores que fazem parte do quadro especial.

Atualmente, a exigência para o ingresso na função de educador é o ensino médio, mas estudos precisam ser realizados sobre o que está posto no plano de cargos, carreira e salários para uma possibilidade futura de que a exigência para ingresso seja a formação específica de magistério. No entanto, é necessário discutir se essa formação específica será em nível médio ou superior.

Atualmente, temos 500 educadores cursando o magistério na modalidade semi presencial ofertada pelo Inteligência Educacional Sistema de Ensino (IESDE), através de um convênio entre a Secretaria e essa instituição. Anterior a esse grupo de 500 outros 120 profissionais concluíram o magistério quando os CMEIs estavam vinculados a Secretaria da Criança.

Hoje (início de 2005), não se tem uma definição sobre como vai ser a continuidade do processo de formação, agora temos uma alteração na Secretaria da Educação devido a mudança da administração municipal (prefeito). Assim estudos serão

feitos para analisar os dados que se tem hoje, os impactos da formação que tem sido desenvolvida (a ofertada pelo IESDE) na atuação efetiva, ou seja, no desenvolvimento do trabalho com as crianças. Então a Secretaria vive um momento de análise e discussão para buscar a melhor opção no que diz respeito à formação escolar dos educadores infantis. A administração anterior firmou um contrato com o IESDE para a formação de magistério em nível médio, no entanto, serão realizados estudos para pensar se os investimentos futuros serão em magistério de nível médio que é a exigência mínima na LDB, ou nível superior. Mas para pensar em proposta de nível superior é preciso rever o plano de carreira. Já existe uma demanda para que seja feita essa revisão.

Em 2004, as principais ações em relação à capacitação dos educadores estiveram centradas num curso para educadores iniciantes na função, visto que a exigência de formação mínima não é o magistério. Esse curso teve 36 horas de duração e foi ofertado antes dos profissionais iniciarem sua atuação nas unidades de educação infantil, todos os iniciantes passaram por essa capacitação. Para os educadores que já estavam atuando foi ofertado um curso de 20 horas. Também foi feito acompanhamento nas unidades, pelas equipes dos núcleos a partir das demandas apresentadas, de acordo com as necessidades e solicitações das unidades, nestes discute-se encaminhamentos de trabalho.

A Secretaria Municipal de Educação esta iniciou em 2004 orientação das equipes para a elaboração dos projetos pedagógicos. Percebe-se que existem demandas e que o trabalho deve ser feito de forma efetiva. Promover encontros com pedagogos/educadores/diretores para situá-los em relação ao que se pensa hoje sobre o trabalho na educação infantil.

Em relação aos objetivos entende-se que muitos profissionais, a partir dos momentos de capacitação levaram para sua prática os conhecimentos e fizeram algumas reflexões sobre o trabalho, mas esse momento só não dá conta de garantir a qualidade da educação ofertada. A Secretaria compreende que o pedagogo nas unidades, acompanhando o trabalho, levantando pontos para aprofundamento para que o trabalho possa cumprir sua finalidade, pode contribuir na avaliação dos cursos ofertados. *“Ele é uma referência de formação dentro da unidade, pois é alguém que organiza o planejamento com o educador, reflete sobre os conceitos que norteiam o trabalho com a educação infantil. Acredita-se muito no trabalho do pedagogo, pois ele é um elemento articulador do trabalho. O*

*pedagogo precisa estar se atualizando para estar apoiando os educadores, pois o magistério faz a diferença no trabalho do educador.*

*Os cursos atingem os objetivos num sentido de estar num processo contínuo de retomada de questões importantes para a organização do trabalho.*

*No ano de 2005 pretende-se intensificar a capacitação estabelecendo um cronograma para estruturar o trabalho, pra isso contamos com um grupo para a capacitação inicial, percebemos que os educadores chegam ansiosos para o trabalho, pois a falta da formação pesa.”*

Também foi feito um trabalho com as 78 creches conveniadas, nas quais uma equipe da Secretaria Municipal de Educação fazia assessoramento, visitando as unidades para acompanhar e orientar o trabalho realizado por elas, visto que estas não têm pedagogo. No entanto, esse acompanhamento não ocorria de forma periódica, apenas quando havia uma solicitação da unidade ou uma demanda da Secretaria (como por exemplo, alguma denúncia através do telefone 156) e para emitir relatórios para a manutenção ou cancelamento do convênio.

Pode-se observar que a presença da Educação Infantil na Secretaria de Educação é algo muito recente. Com isto vive-se um momento de ajustes, pois a Educação infantil esta ganhando gradativamente o seu espaço. Percebe-se que a própria Secretaria esta organizando sua atuação em relação a esta etapa da educação, mas não há ainda metas claras, no entanto é possível notar uma preocupação com esta etapa da educação básica.

## CONHECENDO AS EDUCADORAS DOS CMEIs EM CURITIBA

Para definir quem são as educadoras, utilizar o questionário, buscando informações quanto a situação pessoal e familiar, seu perfil profissional. Os dados aqui apresentados são frutos de uma pequena amostra o que pode não condizer com o total dos educadores do município, mas pode nos dar uma breve visão das contradições encontradas por esta categoria profissional.

## O PERFIL PROFISSIONAL

Um percentual de 25% das educadoras entrevistadas tem idade compreendida entre 40 e 49 anos. A carreira do educador é composta por um quadro diversificado

quanto a idade, mas predominam as educadoras com idade acima de 30 anos, somando 56% do total entrevistado. Abaixo, pode-se observar na Figura 1, o gráfico com os percentuais das idades das educadoras infantis.

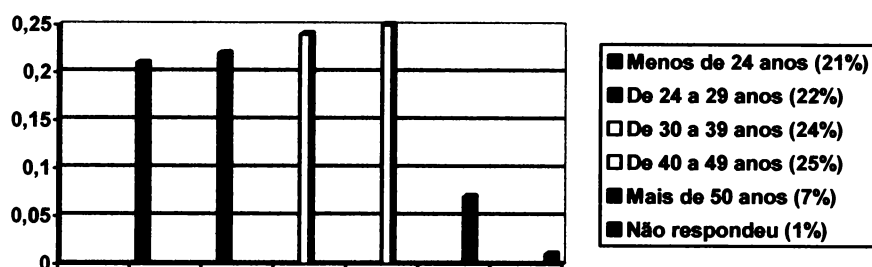


Figura 1. Faixa etária das educadoras.

A maior parte (67%) das educadoras é casada, e 69% tem filhos, sendo que a maioria tem de 1 a 2 filhos (61%).

È possível perceber que a grande maioria das educadoras possui além das responsabilidades referentes ao trabalho, aquelas referentes a família, aos filhos, marido, casa, etc. Esse duplo papel (mãe e educadora) pode gerar conflitos, mas também pode contribuir para as decisões relativas as questões profissionais e pessoais.

## A FORMAÇÃO ESCOLAR E CONTINUADA

Vive-se um período de transição quanto a formação dos educadores infantis como já foi discutido no capítulo anterior. Pois, é claro que não basta apenas a legislação, ela é essencial para que sejam dados os primeiros passos, mas sobretudo é preciso vontade política e mobilização da sociedade para que as mudanças aconteçam. A seleção de educadores na PMC, ainda não exige uma formação específica para a função, sendo que assim o quadro se forma muito diversificado como veremos nos dados obtidos. Em 2004 houve um concurso público para selecionar educadores para os CMEIs de Curitiba, neste a exigência de formação mínima era o nível médio. Nesse concurso foi colocado no edital algumas práticas que o profissional que atua com a educação infantil precisaria realizar, pois a falta de uma exigência de formação

específica acaba por selecionar pessoas que não têm noção do tipo de trabalho que a educação infantil exige.

A grande maioria (43%) das educadoras no município de Curitiba tem o nível médio, que atualmente é a exigência mínima para a função neste município, além daquelas que já possuem o magistério (26%) ou graduação (28%). Ainda existem educadoras (3%) apenas com o nível fundamental de ensino, essas educadoras pertencem a parte especial do quadro funcional, desempenhando um papel auxiliar e não têm como atribuição a necessidade de realizar planejamentos escritos, mas apenas auxiliar na execução dos planejamentos realizados pelas educadoras permanentes.

Apesar do plano de carreira dos educadores não garantir avanços muito significativos em relação ao salário é possível perceber que os educadores num geral estão procurando investir em sua formação de base, sendo que 26% já concluíram o magistério, que legalmente é a exigência mínima para o desempenho dessa função, e 28% tem o nível superior ou estão cursando e destes a maioria é na área da educação.

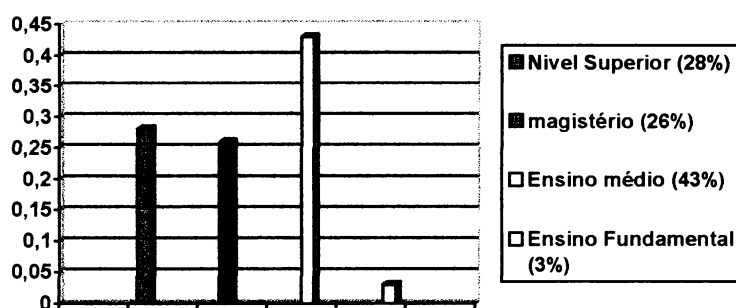


Figura 2. Nível de escolaridade dos educadores.

A questão da formação do profissional é algo muito importante, pois é através das suas experiências infantis integradas ao conjunto de saberes (teoria) que o educador elabora o seu fazer docente, refletindo sobre as ações executadas, avaliando suas conseqüências. Assim, a falta desses saberes pode ocasionar uma mera reprodução de suas experiências da infância sem ter a garantia que essas experiências sejam as mais adequadas.

Dada a disparidade da formação de base, a formação continuada realizada no período de trabalho, ou seja, dentro da carga horária do profissional, é sem dúvida muito importante. Assim, cabe a mantenedora organizar cursos de aprimoramento constante



que venham ao encontro às necessidades dos profissionais. Esses cursos devem contribuir para a reflexão do trabalho realizado nos CMEIs. Essa reflexão também pode ser feita no local de trabalho com o auxílio dos pedagogos, mas para que isso realmente aconteça é necessário garantir um quadro funcional que permita a efetivação de momentos para essas reflexões, pois o número reduzido de funcionários dificulta a garantia de horários para permanência (hora atividade) onde é realizado esse trabalho. Os educadores tem garantido entre 1 e 2 horas de permanência semanal, no entanto esse momento de permanência nem sempre se efetiva.

No município de Curitiba o pedagogo tem como atribuições: coordenar e assessorar, orientar e acompanhar o corpo docente em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; propor alternativas e fornecer subsídios que possibilitem a atualização e o aperfeiçoamento constante do corpo docente e do processo educativo entre outras. Assim, a atuação do pedagogo na formação permanente dos educadores é muito necessária, mas no dia a dia essa atuação acaba sendo prejudicada pelo tempo reduzido da hora atividade e pela falta de pessoal nas instituições.

Procurando identificar como os profissionais têm compreendido a formação continuada ofertada pelo município, obteve-se que a maioria das educadoras (71%) participou de cursos de formação referentes a educação infantil nos últimos anos. Estes enfatizaram, em sua maioria, a prática da educadora ( cursos de: música, confecção de fantoches e brinquedos, literatura e questões relativas ao desenvolvimento infantil). E os investimentos pessoais se concentram na formação de base, magistério e graduação. O questionário aplicado não tem dados referentes as especificidades destes cursos, no entanto com base na entrevista realizada com o responsável pela educação infantil podemos perceber que no ultimo ano houve apenas um curso de 20 horas para todos os educadores e um de 36 horas para os educadores iniciantes na função, ofertados pela Secretaria Municipal de Educação. Alguns dos cursos ofertados foram propiciados pela Secretaria da Cultura e por convênios com instituições particulares.

A grande maioria (85%) das entrevistadas pretende continuar seus estudos, sendo que destes apenas 13% não pretendem seguir a área da educação. Assim, é possível verificar que a maioria esta na área da educação porque se identifica com este ramo, visto que pretendem realizar cursos de graduação e pós-graduação na mesma área.

Em novembro de 2004, a mantenedora possibilitou 500 vagas para um curso a distância de nível médio na modalidade normal, com ênfase na educação infantil,

oportunizando aos profissionais cursar essa modalidade de ensino por um custo inferior ao do mercado. Pode-se observar através da entrevista realizada com uma responsável pela educação infantil da Secretaria Municipal da Educação que esse curso está sendo avaliado, para verificar se vai atingir os objetivos pretendidos em relação à qualificação do educador e a qualidade do trabalho realizado com as crianças nos CMEIs.

Cerca de 30% dos profissionais que pretendem continuar seus estudos pretendem cursar o magistério, mas a maioria (49%) pretende realizar um curso de graduação na área da educação e também temos os profissionais que pretendem cursar pós-graduação e mestrado (7%). O investimento na formação de base pode estar relacionado ao fato de avançar na carreira da educação procurando chegar a função de professora, pedagoga ou diretora, sendo que 42% tem essa perspectiva funcional e 32% tem a perspectiva de continuar sendo educadora.

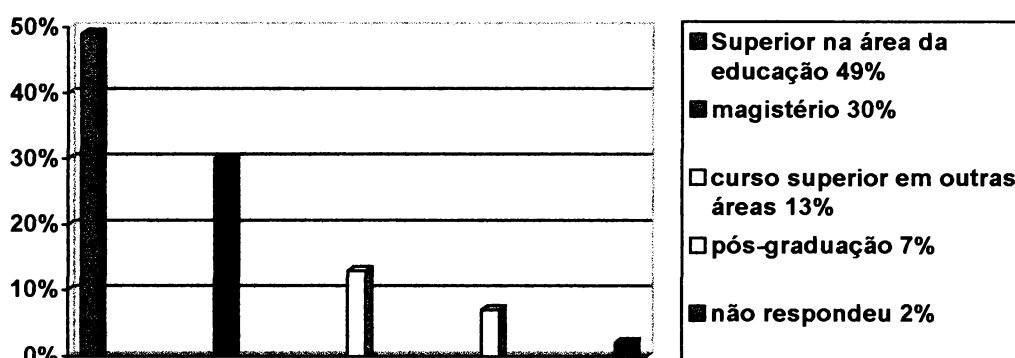


Figura 3. Qual a pretensão do educador em relação à continuidade de seus estudos.

### O PERCURSO PROFISSIONAL

Verificamos que a maioria dos entrevistados (62%) iniciou o trabalho como educadores no período entre os anos de 2001 e 2004. Houve uma renovação significativa do quadro funcional o que demanda um investimento em formação em serviço, pois a exigência para realizar o concurso público foi apenas o nível médio sem habilitação em magistério. Percebe-se um crescimento significativo da demanda de profissionais para a educação infantil entre os anos de 2001 e 2004 o que pode estar relacionado com a construção de novas instituições para atender a educação infantil,

pelo índice de profissionais que receberam laudo médico estando impossibilitados para realizar sua função e também pelo número de exonerações solicitadas pelos educadores novos na função. Depois verifica-se que 12% iniciou seu trabalho entre 1996 e 2000, 16% entre 1991 e 1995 e apenas 10% entre 1985 e 1990.

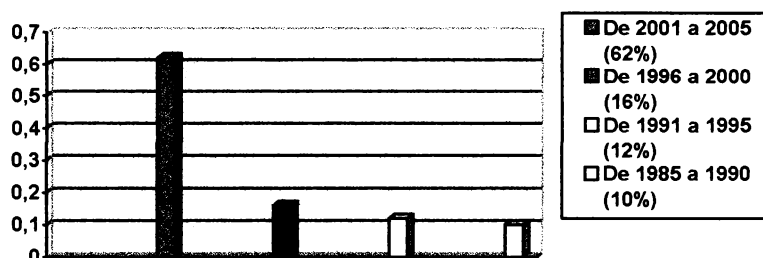


Figura 4. Quando iniciou sua função como educador infantil.

Um outro dado relevante que vem confirmar a necessidade de uma formação sólida a ser realizada em serviço é o fato de que 70% das respondentes trabalhou em atividades profissionais que não tinham nenhuma ligação com a função de educador; 13% iniciou sua vida profissional com o trabalho de educador e apenas 17% já trabalhou com crianças antes de começar como educadora na rede municipal.

No entanto, a maioria (59%) afirma ter escolhido trabalhar com crianças como principal motivo para exercer esse trabalho até hoje, esse dado nos permite inferir que os educadores do município gostam do seu trabalho e precisam de mais apoio em relação à estrutura física dos CMEIs e também a sua formação de base e em serviço, para que cheguem a qualidade almejada. Do total entrevistado, apenas 11% exercem a função devido a pouca oportunidade de trabalho e 16% pela estabilidade oferecida pelo cargo público. Cerca de 8% não respondeu e 6% escolheu a alternativa “outro” e não apontou o motivo.

## AS DIFICULDADES INICIAIS

As educadoras, em geral, apontam ter encontrado pouca (49%) ou nenhuma (37%) dificuldade no início do seu trabalho como educadora. Embora 12% considere que tiveram muitas dificuldades no início e apontam questões como:

*“ a quantidade de crianças nas salas.”*

*“ adaptação ”*

*“ como impor limites às crianças.”*

*“ sistema de educação/ rotina/ quantidades de alunos”*

*“ falta de experiência”*

*“ falta de preparo (cursos de capacitação)”*

*“ falta de estruturas pedagógicas no CMEI, carga horária e falta de funcionários.”*

*“ falta de experiência, condições de trabalho.”*

*“ a enorme abrangência que a educação infantil tem.”.....*

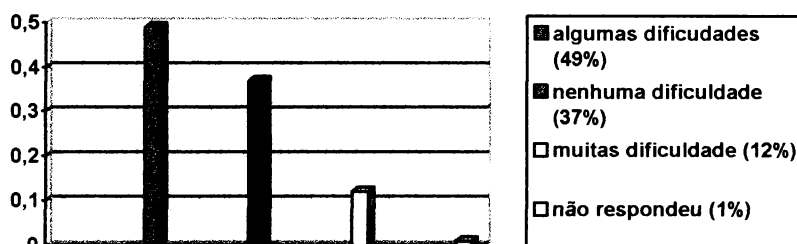


Figura 5. Dificuldades encontradas no início da atuação como educador infantil.

É possível perceber que a maioria das educadoras (55%) trabalha no CMEI em que está, há apenas um ano. A cada troca de local de trabalho ocorre uma nova adaptação e surgem novas dificuldades, no entanto, os profissionais procuram trabalhar mais próximos de suas casas e isto causa certa rotatividade.

Podemos perceber que 42% se considera suficientemente satisfeita com seu trabalho como educadora e 33% se considera muito satisfeita com o trabalho que

realiza. É sempre muito difícil avaliar o que significa estar suficientemente satisfeita, pois para isso seria necessário entrar em outras questões e dependendo da resposta surgiriam mais outras. Portanto, para melhor interpretação dessa questão seria necessário realizar entrevistas onde os interlocutores interagiria de forma direta, assim para uma próxima pesquisa fica evidenciado esta necessidade.

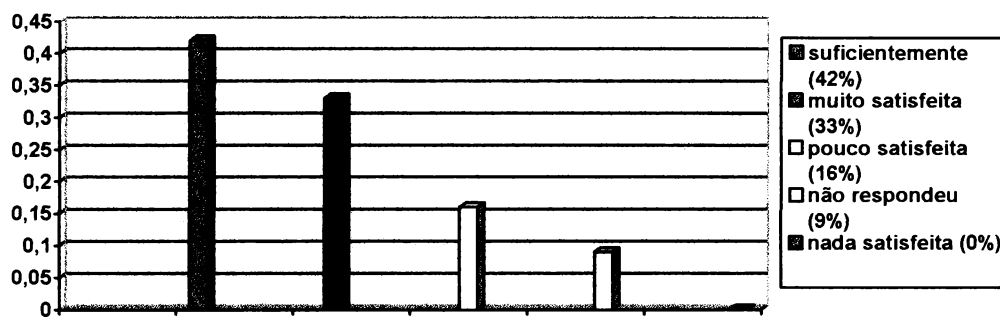


Figura 6. Satisfação com o trabalho que realiza.

Na Figura 6, encontramos várias educadoras que não responderam a questão, este fato pode trazer algumas hipóteses como a possibilidade delas terem dúvidas quanto a sua satisfação, estarem insatisfeitas e não quererem ou não saberem como revelar isso. Cerca de 16% diz estar pouco satisfeita com trabalho que realiza, este fato pode estar relacionado com uma série de fatores que não foi possível coletar neste estudo. Entrevistas individuais, em uma análise mais profunda sobre os locais onde atuam, talvez indicasse algumas vicissitudes: essas educadoras podem estar enfrentando problemas com a direção do CMEI ou com famílias, ou até mesmo com as colegas de trabalho, poderiam também estar relacionada com o trato com as crianças e com a falta de formação de base e em serviço e até mesmo as condições gerais, como salário. Algumas educadoras expõem como fatores que não são satisfatórios para elas os relatos a seguir:

*“trabalhar 8 horas diárias.”*

*“ as interferências quanto a avaliação ( PIC e Estágio probatório) que são unilaterais ( só a direção avalia e não é avaliada) ”*

*“falta de funcionários”*

*“ pouco caso com a saúde dos funcionários.”*

*“ o salário baixo.”*

*“salas pequenas com um número grande de crianças para duas educadoras, com isso o psicológico das educadoras fica abalado, sem contar com os problemas de saúde onde temos que arcar com todo o tratamento, além da falta de brinquedos, abuso dos pais das crianças, que tratam os educadores como domésticos, mas o que mais me preocupa é o número de crianças por sala.”*

*“rotina estressante”*

*“ as condições estabelecidas ao cargo de educador, as más estrutura do CMEI que não comportam uma melhora no trabalho e atendimento de nossas crianças. Ex. instalações sem estrutura adequada, falta de brinquedos pedagógicos e aproveitáveis para a idade.”*

*“ saber como lidar exatamente com cada criança, há diferenças entre elas e há certa dificuldade no inicio.”*

*“ Você perceber que a criança precisa de cuidados especiais ou médicos e os pais não dar a menor importância para o fato.”*

*“a falta de valorização do educador.”.....*

Através dos relatos podemos perceber que inúmeros fatores interferem na satisfação do educador da primeira infância e que não bastam apenas propostas para a melhoria da educação infantil é preciso ações concretas, pois a qualidade não diz respeito apenas ao profissional e a sua formação, mas também a estrutura física, o número de funcionários, a valorização profissional e pessoal, a administração, o relacionamento interpessoal e também ao próprio conhecimento da criança.

A questão da satisfação também diz respeito às expectativas que o educador tinha em relação ao seu trabalho quando iniciou na função. Sempre temos muitas expectativas em relação as nossas novas escolhas, mas nem sempre estas correspondem a realidade encontrada posteriormente. A Figura 7 nos mostra que para a maioria (37%) houve uma correspondência suficiente às suas expectativas e que para 28% o trabalho

correspondeu plenamente às expectativas que tinha em relação ao mesmo. Identificamos que para um número significativo (21%) de profissionais suas expectativas em relação ao trabalho como educadora não foram correspondidas e para 13% correspondeu apenas o mínimo. Esses índices podem estar relacionados com os fatores que causam pouca satisfação já citados anteriormente.

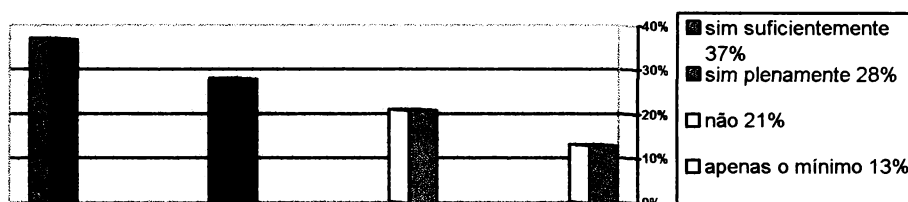


Figura 7. Seu trabalho corresponde às expectativas de quando começou.

Pode-se perceber na Figura 8 que o grau de satisfação e as expectativas se relacionam com o futuro provável para as educadoras. A maioria (42%) pretende investir na formação de base e procuram atuar como professora, pedagoga ou diretora; esse fato pode estar relacionado ao plano de carreira do educador que não garante ganhos significativos em relação a salário e as próprias condições de trabalho. No entanto 32% pretende continuar sendo educadora, fato que pode estar relacionado com a satisfação em se trabalhar com as crianças pequenas.

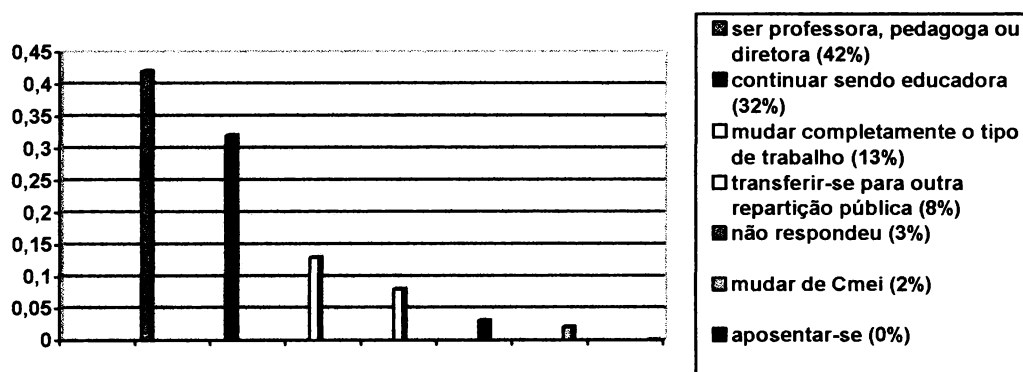


Figura 8. Expectativas quanto ao futuro profissional.

Registramos um índice de 13% das participantes que pretende mudar completamente o tipo de trabalho ou ir para outra repartição pública. Essas profissionais não se identificam com o trabalho com as crianças e com as condições que o mesmo oferece.

Em síntese o perfil das educadoras que responderam nosso questionário corresponde a: totalidade de mulheres sendo que a maioria com idade entre 30 e 49 anos, casadas, que possuem de 1 a 2 filhos. Tem diploma de nível médio e pensa em continuar seus estudos investindo em sua formação inicial. Encontraram algumas dificuldades no início de seu trabalho como educadora, geralmente relativo à rotina do trabalho, à carga horária, à questões do desenvolvimento infantil e relacionamento com as famílias e colegas. A maioria iniciou o trabalho como educadora após a nova LDB 9394/96, tendo começado nos últimos 4 anos. O trabalho na educação infantil é fruto de uma escolha de se trabalhar com crianças e se consideram suficientemente satisfeitas com seu trabalho, embora pretendam investir na formação para se tornarem professoras, pedagogas, diretoras. No entanto, algumas não estão satisfeitas com o trabalho e pretendem mudar de função.

## A IMAGEM DO TRABALHO

A satisfação pode estar relacionada a uma série de aspectos, alguns dependem somente do educador outros se relacionam a um conjunto de fatores externos que podem lhe trazer uma série de frustrações. Diversos fatores interferem na forma com que o trabalho é compreendido.

*.... a satisfação pode ser determinada por fatores intrínsecos, ou seja, ligados aos elementos constitutivos, específicos da profissão (o fato de se trabalhar com crianças), ou então, extrínsecos, devido às condições que caracterizam externamente o tipo de trabalho (por exemplo, o salário, o horário de trabalho). ( ONGARI e MOLINA, 2003, 61)*

A análise a seguir procurou identificar o nível de satisfação dos educadores referentes a diversos fatores que acompanham seu trabalho cotidiano, esses fatores apontam questões intrínsecas e extrínsecas.



Como pôde-se observar as educadoras consideram muito satisfatório o relacionamento com os pais (59%), o relacionamento com as suas colegas de trabalho (29%), os cursos de aperfeiçoamento (51%) e o cuidar de crianças (68%). Com esses dados verificamos um índice significativo que aponta muita satisfação com o trabalho de cuidar das crianças, sendo que os demais fatores que causam maior satisfação estão diretamente relacionados a esse. O relacionamento com os pais e com as colegas de trabalho contribuem para que o ambiente onde se educa a criança seja agradável para todos, e o fato de avaliarem positivamente os cursos de capacitação pode ser reflexo da sua necessidade de aperfeiçoamento e busca de momentos para reflexão e estudo.

As educadoras (51%) apontam que os cursos de aperfeiçoamento são satisfatórios, no entanto segundo a Secretaria Municipal de Educação (dados da entrevista) a quantidade de cursos ofertados foi pequena. Os educadores demonstram estar interessados em seu aperfeiçoamento, portanto é imprescindível investir na formação continuada possibilitando que todos participem de cursos. Para isso não basta apenas investir na organização dos cursos, mas também na estrutura de pessoal nas instituições, pois como é que o profissional vai participar desses cursos se as instituições não têm um quadro de educadores que possam suprir a falta desse profissional dentro do CMEI.

As educadoras apontam que estão suficientemente satisfeitas com: o ambiente físico do CMEI (41%), a estabilidade do cargo (39%), o reconhecimento dos pais (42%), o reconhecimento da prefeitura, do diretor (45%), o salário (39%) e a sua competência profissional (45%).

É interessante verificarmos que apesar de 59% se considerarem muito satisfeitas com o relacionamento com os pais 42% se consideram apenas suficientemente satisfeitas com o reconhecimento dos pais, o educador em geral se sente pouco valorizado pela comunidade, o que é comum devido as suas condições gerais de trabalho. Ocorrem alguns atritos com pais e também não há uma participação frequente das famílias nas atividades realizadas para elas, mas as reclamações por parte dos pais sempre ocorrem.

Atualmente, caminhamos rumo a transformação de muitos mitos que faziam parte da história das instituições de educação infantil, pois estas nem sempre tiveram os ideais hoje difundidos. A visão da creche enquanto depósito de crianças para as mães pobres e trabalhadoras ainda ronda o pensamento de integrantes da sociedade, compreender essa instituição como um local de educação com características próprias e

que contribui para o desenvolvimento integral das crianças é um processo a ser percorrido por toda a sociedade; incluindo até as instituições superiores que ainda têm poucos profissionais que se dedicam a pesquisas nesta área e a formação dos professores e demais profissionais da área.

O ambiente físico das instituições é considerado pela maioria (41%) como satisfatório, esse índice não descarta a necessidade de modificação nos prédios das instituições, mas alerta que o foco principal não se refere a estrutura física, sendo que os investimentos mais significativos devam se relacionar a outros fatores.

A estabilidade no cargo foi considerada suficientemente satisfatória (39%) esse índice nos mostra que a permanência no cargo não é considerada um fator decisivo, mas as condições de trabalho são mais importantes, pois verificamos que o educador pretende investir na sua formação e mudar de função. Esse fato vem confirmar a necessidade de uma reestruturação da carreira do educador como já foi discutido anteriormente.

Um dado interessante é que a maioria (39%) se considera suficientemente satisfeita com seu salário, esse fato traz uma série de hipóteses que necessitariam de outras respostas para serem esclarecidas. O educador pode estar satisfeito com seu salário devido a situação financeira que se encontrava antes de exercer essa função, ou pelo salário que tinha antes deste, em relação a sua formação escolar de base, em relação ao salário médio recebido pelos trabalhadores brasileiros (salário mínimo). Cabe uma reflexão profunda com relação a esse fator: o salário recebido pelos educadores proporciona a possibilidade de investir na sua formação escolar? Proporciona a possibilidade de participar de eventos culturais (cinema, teatro, musicais, passeios). Proporciona a compra de livros para o lazer para a própria formação? Proporciona um padrão de vida desejado? No entanto, na ocasião o objetivo do questionário não foi aprofundar esta questão, o que seria interessante em um momento posterior, em outro estudo.

Em geral, consideram-se suficientemente satisfeitas (45%) com relação a sua competência profissional, esse fato mais uma vez nos mostra que os educadores percebem sua necessidade de aperfeiçoamento constante. Assim é possível afirmar que os investimentos em formação de qualidade para nossos educadores podem resultar em aumento na qualidade da educação no município.

As educadoras se consideram satisfeitas (45%) com o relacionamento com a administração, tanto por parte da prefeitura como por parte dos diretores locais. Essa

satisfação não se confirma quando são questionados em relação às condições de trabalho, que estão diretamente ligadas com a atuação da administração pública. . No entanto, a estrutura do trabalho dos educadores é consequência da administração municipal e as insatisfações em relação a isso devem se refletir na relação dos educadores com a mantenedora.

Em relação ao horário de trabalho a maioria dos educadores mostra-se pouco (30%) ou nada (20%) satisfeito, essa insatisfação tem a ver com uma reivindicação que faz parte da história desta categoria, que é o número de horas de trabalho. O educador infantil tem uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, ou seja, 8 horas diárias. O trabalho com crianças exige muito dos educadores que se desgastam fisicamente e mentalmente. Estão sempre em contato com um turbilhão de emoções que acabam interferindo em toda a sua vida sendo que muitos se abalam psicologicamente necessitando até de tratamento. Os educadores junto a seu sindicato reivindicam uma jornada de trabalho de 6 horas diárias.

A seguir, no Quadro 1, serão expostos os indicadores e porcentagem de satisfação dos educadores referentes a alguns fatores que relacionam intrínseca e extrinsecamente ao seu trabalho como educadores. Esses índices podem dar uma visão geral das respostas das educadoras.

Quadro 1 - Gradiente de satisfação em relação ao trabalho

GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO					
	Muito satisfeito	Suficientemente satisfeito	Indiferente	Pouco	nada
O ambiente físico.	23%	41%	9%	20%	7%
O horário de trabalho.	20%	16%	14%	30%	20%
O relacionamento com os pais.	59%	36%	2%	2%	2%
As suas colegas de trabalho.	29%	28%	11%	20%	12%
Os cursos de aperfeiçoamento.	51%	42%	1%	6%	0%
O cuidar de crianças.	68%	17%	11%	4%	0%
A estabilidade do cargo.	14%	39%	16%	27%	4%
O reconhecimento dos pais.	15%	42%	15%	25%	3%
O reconhecimento da prefeitura, diretor	9%	45%	16%	12%	11%
O salário.	6%	39%	14%	24%	17%

A competência profissional.	43%	45%	3%	9%	0%
-----------------------------	-----	-----	----	----	----

Alguns educadores apontam insatisfação, este fato não pode ser desconsiderado, pois apesar de a maioria apontar satisfação há um contingente que aponta problemas. Isso significa que é necessária uma reestruturação geral na educação infantil, sendo que há muitas reivindicações que não podem ser desconsideradas como a quantidade de crianças por sala, a inadequação do espaço físico, a formação escolar e a capacitação em serviço entre outros. Como o estudo fez 9 instituições apenas, pode ser que haja problemas em uma instituição e em outras não.

O nível de satisfação também é percebido ao perguntarmos se as educadoras ainda escolheriam esse trabalho, sendo que apenas (6%) afirmam que não o escolheriam e a maioria (54%) afirma que o escolheriam. Um número significativo (40%) não tem certeza dessa escolha, esse fato pode estar relacionado aos fatores que trazem pouca satisfação em seu trabalho como: a carga horária, o salário, entre outros.

A satisfação da educadora foi questionada também em relação à organização interna das instituições, sabemos que fatores externos influenciam essa organização, mas entendemos como interno aquilo que diz respeito ao ambiente concreto do CMEI. Observe o quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Nível de satisfação quanto a organização do CMEI.

NÍVEL DE SATISFAÇÃO QUANTO A ORGANIZAÇÃO DO CMEI					
	Muito satisfeita	Suficientemente satisfeita	Pouco satisfeita	Nada satisfeita	Não respondeu
Quantidade de crianças nas salas.	3%	21%	32%	42%	3%
Adequação dos espaços	3%	25%	40%	28%	5%
Qualidade e quantidade de materiais e jogos.	0%	36%	33%	21%	10%
Possibilidade de atuação.	15%	64%	14%	3%	5%
O número de funcionários.	8%	33%	35%	15%	9%
O relacionamento com a diretora	44%	45%	8%	2%	2%
O relacionamento com a pedagoga.	54%	42%	1%	0%	3%
A harmonia do grupo.	40%	46%	2%	2%	0%
O relacionamento com a administração	18%	51%	12%	3%	15%

municipal.					
------------	--	--	--	--	--

Ao analisarmos as questões referentes à organização da instituição nos observamos certo descontentamento por parte de nossos educadores, o que cabe questionarmos o grau de clareza em relação às responsabilidades de cada setor envolvido com a educação infantil. Como posso estar satisfeita com a atuação da prefeitura enquanto mantenedora se a estrutura por ela oferecida para o trabalho não satisfaz minhas expectativas? Talvez tenha surgido uma espécie de receio em ser verdadeiro em algumas respostas.

Verificamos que a maioria dos educadores está pouco (32%) ou nada (42%) satisfeita com a quantidade de crianças em cada sala. Esse fato está diretamente relacionado com a qualidade do atendimento, pois como garantir qualidade em salas pequenas e cheias de crianças. O desenvolvimento das crianças depende de movimentos em espaços amplos, fato este exposto até no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, sendo que o movimento é um dos eixos do referencial. Assim salas pequenas com muitas crianças causam insatisfação e baixa qualidade no ensino.

É insatisfatório: “ *O número de crianças por sala.* ”  
 “*A quantidade de crianças em cada turma/ sala.*”

Além da quantidade de crianças por sala, em relação a adequação dos espaços também consta a baixa satisfação. Isso nos remete a questão dos recursos destinados às instituições para reformas. Atualmente, há clareza em relação às necessidades das crianças para um bom desenvolvimento infantil, não há espaço nesta fase da educação para tarefas escolarizantes feitas apenas com lápis e papel, com alunos sentados em mesas sem a possibilidade de outras formas de interação. Então, se torna essencial o apoio da mantenedora para a reestruturação dos espaços internos dos CMEIs. Sabemos que as instituições recebem um recurso financeiro, mas será que este recurso é suficiente para suprir as exigências que as atuais propostas pedagógicas evidenciam. Em alguns lugares a satisfação com relação ao ambiente é boa, mas a maioria precisa de alterações. Essa necessidade vem ao encontro ao próprio processo de formação do educador que já tem clareza de que o ambiente físico e a forma com que é organizado

podem contribuir para o bom desenvolvimento infantil, em relação a autonomia, possibilidade de descobertas e interação.

*“ as salas deveriam ser maiores para a quantidade de crianças existentes.”*

*” Há um numero muito grande de crianças e pouco espaço para o lazer.”*

*“A falta de local adequado para as crianças (refeitório, sala de televisão..) traz insatisfação.” (Relato das educadoras)*

Também acompanha esse raciocínio os dados referentes a quantidade e qualidade dos materiais, brinquedos e jogos encontrados em cada instituição, apesar da maioria estar suficientemente satisfeita com esses materiais um número significativo encontra-se pouco ou nada satisfeita em relação a isso. Mais uma vez nos deparamos com a questão dos investimentos financeiros com a educação infantil. Como garantir qualidade sem recursos suficientes para suprir as exigências dessa etapa do ensino, a criança precisa de materiais concretos que vão auxiliá-la em seu desenvolvimento. Geralmente, a criança que frequenta o CMEI permanece por um período de 8 a 11 horas nesta instituição, esse fato merece extrema atenção dos responsáveis pelo emprego dos recursos, pois é impossível manter para essa criança um atendimento de qualidade, sem materiais pedagógicos apropriados. Por um longo período seguiu-se o modelo escolar na educação infantil, mas hoje já se tem clareza das necessidades das crianças pequenas e apenas com boa vontade não será garantida a qualidade esperada.

É insatisfatório: *“ A falta de materiais.”*

*“A qualidade dos brinquedos nas salas.”*

Em relação ao número de funcionários também há um certo descontentamento, pois a falta de profissionais interfere muito na realidade vivida na instituição. Quando ocorre falta de funcionários os outros acabam sendo sobrecarregados pelo trabalho do colega ausente, para isso a mantenedora deveria ter uma forma de organização que garantisse o quadro completo de profissionais, isso através de concursos públicos para preenchimento das vagas em aberto e com um profissional auxiliar para cobrir permanências (horário destinado ao planejamento, estudos...), sendo que essas nem sempre são garantidas pela falta de pessoal.

*“Há poucos funcionários.”*

*“ Há muitas crianças para poucos educadores.”*

Os educadores se consideram muito satisfeitos com sua possibilidade de atuação. Então, apesar das dificuldades em relação a adequação do espaço físico, aos materiais pedagógicos, a quantidade de crianças por turma e ao número insuficiente de profissionais ainda vêem possibilidades de desenvolver seu trabalho como algo muito satisfatório. Portanto, é possível verificar que apesar de fatores extrínsecos afetarem o cotidiano do trabalho do educador o fator intrínseco de gostar de trabalhar com crianças supera algumas das dificuldades, mas isso não exime a responsabilidade do setor público de investir os recursos necessários para a educação infantil.

*“ Posso perceber o progresso infantil e isso é muito importante.”*

*“ Entrei nessa profissão por acaso, mas descobri que esta é minha vocação.”*

*“ A cada dia que passa aprendo coisas suficientes para aplicar em meu trabalho.”*

*“ Tenho realizado um sonho muito antigo de trabalhar com crianças.”*

*“ Me sinto realizada, adoro meu trabalho.”*

Em relação a harmonia do grupo de trabalho e ao relacionamento com a administração municipal mostram-se suficientemente satisfeitos. Podemos verificar que novamente ao avaliar a administração os educadores não apontam as dificuldades vivenciadas citadas nas demais questões. Um dado interessante é que 10% não respondeu à questão referente à administração municipal. Cabe-nos indagar como tem sido construída essa relação?

Ao se tratar do relacionamento com a diretora e com a pedagoga a maioria demonstra muita satisfação. Esses dois profissionais estão em contato direto com os educadores auxiliando em suas dificuldades e também os motivando em relação ao seu trabalho, este fato é muito importante para que a formação continuada a ser realizada dentro do CMEI possa se concretizar.

Através da análise do quadro 3 podemos verificar que o educador tem muito a contribuir para educação infantil, mas precisa de apoio, investimentos em sua formação e na infra estrutura das instituições.

Podemos observar no Quadro 3 questões referentes ao relacionamento diário com as crianças e como são avaliadas por nossas educadoras infantis.

Quadro 3 - Nível de satisfação no relacionamento diário com as crianças.

NÍVEL DE SATISFAÇÃO NO RELACIONAMENTO DIÁRIO COM AS CRIANÇAS					
	Muito satisfeita	Suficientemente satisfeita	Pouco satisfeita	Nada satisfeita	Não respondeu
Atividades didáticas orientadas.	44%	47%	5%	0%	0%
A observação da brincadeira.	48%	47%	5%	0%	0%
O momento da refeição.	18%	53%	15%	1%	8%
O momento do sono.	29%	52%	8%	5%	6%
O momento da troca.	25%	42%	15%	9%	9%
As brincadeiras ao ar livre.	62%	28%	5%	0%	6%
As festas e passeios.	48%	34%	11%	0%	6%
A chegada pela manhã.	40%	41%	11%	0%	8%
A despedida a tarde.	31%	49%	11%	2%	1%

É possível perceber que a maioria das atividades está classificada como trazendo muita ou suficiente satisfação em sua aplicação.

As atividades didáticas orientadas, a observação da brincadeira, as brincadeiras ao ar livre, as festas e passeios, a chegada pela manhã e a despedida à tarde são consideradas muito ou suficientemente satisfatórias, esses dados nos mostram que os educadores se identificam com o trabalho que realizam e vem confirmar sua busca por uma melhor formação de base e continuada. Nota-se que todas essas ações estão mais relacionadas com o ato de educar. Se a maioria dos educadores sente satisfação em seu relacionamento diário com as crianças e nas atividades desenvolvidas com elas, isso mostra sua preocupação com o desenvolvimento qualitativo da sua função de educador.

Em relação ao momento da refeição, o momento do sono, o momento da troca que são ações mais voltadas para “o cuidar”, consideram-nas suficientemente satisfatórias, sendo que 15% considera pouco satisfatório o momento da troca e o momento da refeição. Esses dados mostram que apesar da legislação e dos estudos realizados que propõem que educar e cuidar são ações indissociáveis ainda persiste no ideário do educador que as atividades mais voltadas às necessidades físicas das crianças são consideradas um diferencial que os caracterizam como “babás” e não educadores.



Precisamos ter clareza sobre o fato de que a educação infantil tem um caráter próprio, que não pode ser desconsiderado, pois a criança pequena sem os cuidados básicos não sobreviveria ao mundo que a cerca. Essa visão é carregada pela ideologia do capitalismo selvagem onde o trabalhador que faz serviços manuais é considerado inferior. O fato de alimentar e trocar as crianças torna os educadores infantis inferiores frente aos professores do ensino fundamental, que não tem em suas atribuições essa atividade. Essa visão deturpada ainda se faz presente no ideário de alguns. O que mais uma vez vem confirmar a necessidade de uma melhor formação dos nossos educadores e professores, os cursos de formação de educadores ainda destinam pouco ou quase nenhum espaço para discutir as especificidades da educação infantil.

## COMO SE APRENDE A SER EDUCADORA

Como já verificamos ao analisarmos a formação de base das educadoras não há uma formação única. A maioria possui o nível médio de ensino, sem habilitação em magistério, mesmo porque essa ainda não é uma exigência para a investidura no cargo de educador infantil. Assim, o aprendizado com relação ao como executar o trabalho de educador se dá após a inserção na função.

Neste contexto a formação do educador se faz basicamente no exercício da profissão, através da prática diária. Assim, a necessidade de investimentos em formação de base e em serviço é essencial para alcançarmos mais qualidade na educação infantil. Então analisamos sob a visão do educador quais os fatores que mais interferem em sua formação.

A maioria das educadoras 26% considera como a principal fonte para aprender a exercer seu trabalho é a experiência e a prática profissional, ou seja, acreditam que é no dia a dia, enfrentando as dificuldades que surgem é que aprendem a exercer sua função.

O segundo fator mais votado 16% são os cursos de atualização e aperfeiçoamento, pois através destes analisam suas práticas e avaliam suas ações frente as teorias apresentadas. Mais uma vez deparamos com a extrema necessidade de cursos de qualidade para os educadores infantis.

O terceiro fator mais importante 15% para o aprendizado da função de educar, na visão da educadora, é a formação inicial, assim podemos verificar porque a maioria pretende investir em sua formação escolar, pois acreditam que essa tem um peso fundamental para a melhoria do seu trabalho e também da sua carreira como educadora.

O quarto fator 13% é a observação dos colegas de trabalho e o quinto fator 12% é trocar idéias com os colegas, através destes fatores é possível verificar que há tanto boas estratégias como também ações que não devem ser realizadas. Assim o educador aprende a ser crítico e avaliar não somente as suas ações, mas também as dos seus colegas, contrapondo suas idéias com os demais ocorrem diversos aprendizados. No início da carreira, o educador pode encontrar no colega de trabalho aquele sujeito que o motiva e o ensina, como também aquele que o impede de avançar em seu conhecimento. Então, o aprender com o colega é repleto de contradições, que são desvendadas no cotidiano do trabalho.

O sexto fator 10% foi o conhecimento adquirido através dos livros, revistas e documentos existentes no CMEI. Essa forma de aprendizado pode ter recebido essa classificação pelo fato dos documentos existentes nas instituições estarem ultrapassados ou pelo fato dos educadores ainda não terem a autonomia para refletir sozinhos frente ao texto lido. Novamente, essa questão pode estar relacionada a formação escolar que não tráz os subsídios necessários para garantir a compreensão do educador frente aos textos. Se isso realmente é verdadeiro, cabe ao pedagogo auxiliar os educadores em relação a essa compreensão. Mais uma vez nos remetemos a mantenedora que deve dar infraestrutura para que os profissionais que atuam no CMEI possam desempenhar suas funções.

Em último lugar 8% ficou a experiência pessoal e familiar, verificamos que os educadores não consideram significativo para sua atuação profissional as experiências vividas com sua família.

Ao analisarmos a visão de nossas entrevistadas sobre a relação entre ser mãe e educadora percebemos que a maioria acredita que ter filhos ajuda apenas em certos aspectos (51%) e que a educadora que é mãe entende melhor as exigências das crianças e dos pais (42%). Apenas 3% apontam que os problemas de gestão (educar) dos filhos interferem no exercício da profissão e nenhuma considera que para ser educadora é essencial ter a experiência de ser mãe. Esses dados nos mostram que vem ocorrendo uma profissionalização da função da educadora infantil, sendo que esta vem perdendo o caráter de educadora-mãe, sendo que anos atrás ser mãe era requisito para a atuar com crianças pequenas.

A relação entre ser mãe e educadora na visão das nossas entrevistadas tem pouca importância. A maioria (72%) considera que o aprendizado obtido no trabalho é útil com os próprios filhos. No entanto, concordam apenas em partes com as idéias de que

há um a certa ansiedade com os próprios filhos, mesmo tendo a experiência na creche (56%) e que com os próprios filhos usa-se os mesmos métodos utilizados com as crianças da creche (52%). Percebe-se nestes índices que há uma diferenciação entre a função de educadora e o fato de ser mãe, mesmo compreendendo que a experiência de ser mãe pode ajudar em alguns aspectos ela não é essencial. A maioria (87%) discorda que o trabalho como educadora pode causar ciúmes nos próprios filhos.

Assim, verificamos que nossos profissionais têm a compreensão de que para ser educadores não bastam ações práticas, mas também reflexões e mudanças na prática.

As educadoras foram questionadas sobre quais os saberes necessários para desempenhar satisfatoriamente sua função, Enfocaram desde a organização dos planejamentos (programação didática, promover a socialização em grupo, conhecimento do desenvolvimento infantil, proposta de experiências diversificadas), como questões de caráter emocional (controlar as próprias reações), questões de relacionamento (trocar idéias com os colegas, estar sempre disponível, criar relacionamentos bem pessoais com as crianças, criar um clima familiar), questão de domínio de turma (fazer com que obedeçam), questões referentes às famílias (responder as exigências dos pais, explicar aos pais a importância das atividades realizadas). Nesta questão as educadoras deveriam enumerar apenas quatro itens em grau de importância, então vemos na Figura 9 os votos recebidos para cada item.

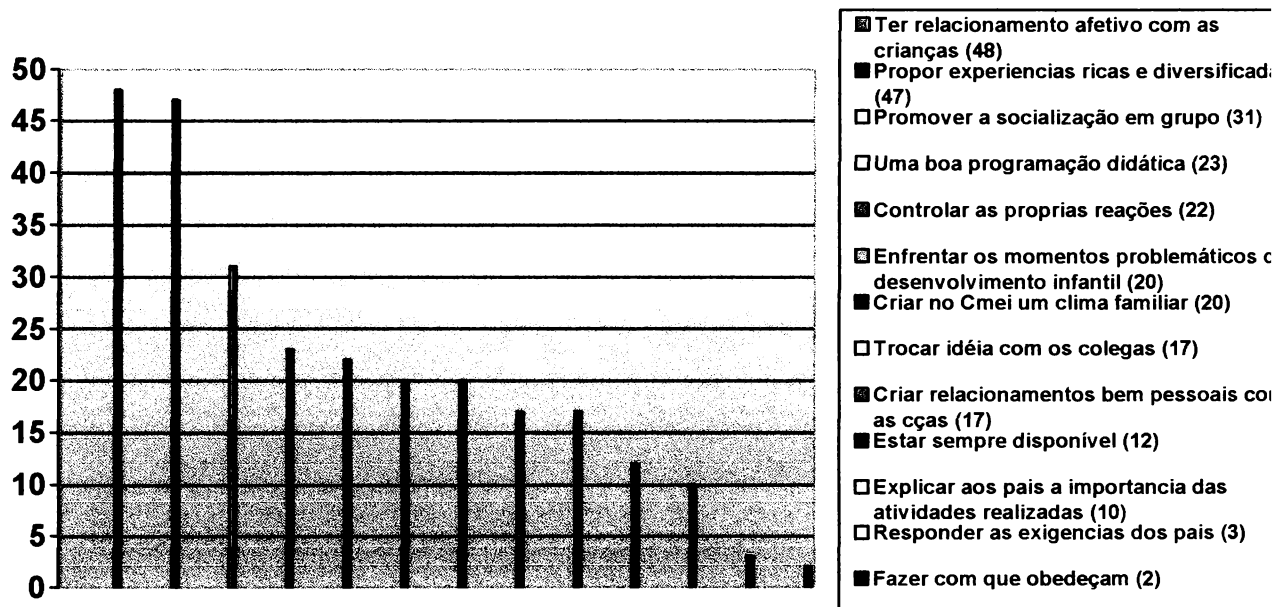


Figura 9. Saberes necessários para realizar a função de educador.

Podemos observar que o item mais votado foi ter relacionamento afetivo com as crianças (48), assim observa-se que há clareza sobre a importância da afetividade na educação das crianças pequenas. Atualmente, já temos vários estudos que apontam a afetividade como um dos itens necessário para que as aprendizagens aconteçam e isso não apenas com crianças, mas com qualquer ser humano.

O segundo item mais votado foi propor atividades ricas e diversificadas (47); percebemos que não basta só ter relacionamento afetivo e não propor uma série de atividades que despertem o interesse das crianças e contribuam para seu desenvolvimento. A criança pequena precisa de estímulos constantes e estes podem ser organizados através dessas atividades diversificadas.

O terceiro item foi promover a socialização do grupo (31), além de termos relacionamento afetivo com as crianças e propor atividades diversificadas precisamos auxiliá-la no seu processo de socialização com os demais. A socialização não ocorre apenas com os colegas da sala, mas com todo o coletivo da instituição, é importante possibilitar à criança o contato com crianças de outras idades e com adultos diferentes respeitando o processo de cada criança.

O quarto item foi uma boa programação didática (23), este item está relacionado com as atividades diversificadas, sendo que tem um caráter mais formal. Uma boa programação didática não é suficiente se a execução da programação não ocorre, mas para que a prática seja reflexiva é necessário organização, então ter uma boa programação didática é essencial desde que haja flexibilidade.

Um outro item que recebeu uma votação expressiva foi controlar as próprias emoções (22). Percebemos que o educador em algumas situações necessita exercer o auto controle emocional para não agir de forma incoerente e inadequada. Essa clareza é muito importante para que ações equivocadas não sejam cometidas. As crianças precisam de constante intervenção educativa, mas como crianças têm características próprias, fruto do seu relacionamento familiar e as suas experiências pessoais; então cada criança tem características próprias que devem ser respeitadas. Cabe ao educador trabalhar com essas crianças suas dificuldades de relacionamento e limites e isso não se dá com agressão física ou verbal.

Enfrentar os momentos problemáticos do desenvolvimento infantil (20) também recebeu uma votação significativa. As educadoras compreendem que as crianças têm características próprias e precisam da ação do adulto para se desenvolver integralmente.

Destacam também as questões referentes aos relacionamentos interpessoais como: criar no CMEI um clima familiar (20), trocar idéias com os colegas (17), estar sempre disponível (12). A questão relacional é muito importante, pois passamos muitas horas do dia no local de trabalho, assim este precisa ser um lugar onde o indivíduo tenha um a boa convivência.

Os fatores menos votados foram: fazer com que obedeçam (2) e responder as exigências dos pais (3). Os educadores compreendem que ao propor atividades diversificadas, experiências gratificantes tendo relacionamentos afetivos com as crianças não é necessário uma preocupação exagerada com a questão da obediência, mesmo porque é preciso desenvolver a autonomia das crianças. Também se tem a clareza de que nem tudo que os pais querem é o ideal para as crianças, pois muitos não compreendem o caráter próprio da educação infantil e exigem uma escolarização precoce.

A educadora em geral aprende sua função no dia a dia de trabalho, embora tenha consciência da necessidade de cursos de formação continuada e de formação de base. Considera que as práticas familiares pouco auxiliam em sua profissão valorizando mais os conhecimentos teóricos adquiridos, embora considere que muito do aprendido em serviço pode ser utilizado em sua vida familiar. Considera essencial a afetividade no processo educativo, além de atividades ricas e diversificadas que promovam o desenvolvimento integral das crianças enfocando os aspectos cognitivos, sociais e emocionais.

## A QUALIDADE DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao acompanharmos o trajeto da educação infantil podemos perceber que ela passou por muitas modificações no decorrer de sua existência. Procuramos, enfocar a visão das educadoras através de questões como: Quais os aspectos que mais influenciam na qualidade do CMEI? Como você avalia a qualidade do serviço oferecido em seu CMEI? Como você percebe a mudança de Secretaria na prática do CMEI?

Em geral o serviço oferecido é considerado bom (52%) e ótimo (31%), porém há educadores que consideram médio (16%) e apenas 2% o avaliam como desatualizado. Com esses dados verifica-se que uma minoria considera que o serviço esta num patamar inferior ao desejado, enquanto a maioria considera o contrario, fato este que não exime a necessidade de avanços nos diversos fatores, já expostos anteriormente. Ter uma boa

qualidade não significa que está tudo perfeito, mas que com os recursos oferecidos esta se fazendo o possível.

No entanto, consideram que fatores interferem na qualidade do CMEI e dentre esses nossas educadoras enumeram de 1 a 7, sendo que o 1 seria o fator que mais interfere o 2 o próximo que mais interfere e assim por diante.

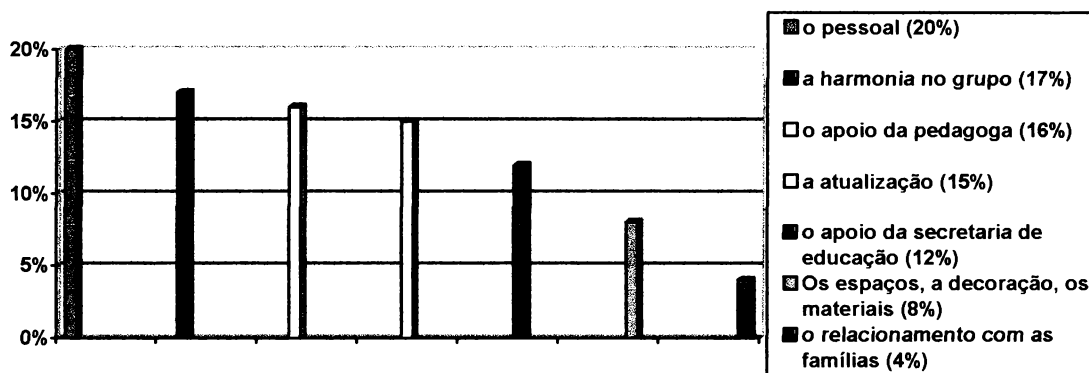


Figura 10. Fatores que interferem na qualidade do CMEI.

Percebemos que o fator que mais interfere na qualidade segundo nossas entrevistadas é o pessoal que trabalha no CMEI (20%), então não basta investir apenas na estrutura física, compra de materiais e esquecer dos profissionais. Nossos profissionais precisam de incentivo, através de uma carreira que reconheça seu trabalho e seu investimento pessoal na sua profissão. Assim, é essencial uma formação em serviço que venha ao encontro das necessidades vivenciadas, trabalhando a teoria relacionada à prática, para que nossos educadores aprendam a avaliar suas ações de forma articulada.

O segundo fator foi a harmonia no grupo (17%) que esta relacionada ao se sentir bem no ambiente de trabalho, pois não basta ter conhecimentos da profissão e viver em constante atrito com os colegas.

O terceiro e o quarto itens se referem à formação do educador: o apoio da pedagoga (16%) e a atualização (15%). Mais uma vez é exposta a ansiedade do educador em investir em sua formação profissional. Este mostra-se disposto a refletir, estudar e melhorar sua atuação, através dos cursos e do apoio técnico do pedagogo.

Em seguida, temos o relacionamento com as famílias (13%), pois a participação das famílias pode contribuir muito para a qualidade do CMEI. Essa compreensão é

essencial para que seja construído um projeto pedagógico articulado, fruto da visão do coletivo e que proporcione o crescimento de todos os segmentos que compõe o CMEI.

Em sexto lugar vem o apoio da secretaria de educação (12%), nossos educadores tem a consciência que mesmo sem esse apoio é necessário ter compromisso com as crianças e é por elas que procuram melhorar sua atuação. Embora reconheçam que o apoio da secretaria é decisivo para que a qualidade seja alcançada.

Em ultimo lugar ficaram os espaços, a decoração e os materiais (8%), verifica-se a compreensão de que o ambiente físico pode ser transformado e que não adianta um local impecável se as práticas desenvolvidas nele não proporcionam o desenvolvimento integral de nossas crianças. Em relação aos espaços, não podemos deixar de refletir sobre a segurança que eles devem transmitir, é necessário uma atenção especial com os perigos que os ambientes podem trazer; no entanto, não podemos limitar as interações das crianças pensando apenas nos perigos.

Em geral, os educadores consideram que o serviço oferecido nos CMEI é bom, mas que precisa de investimentos em todos os fatores que o compõem para que a qualidade chegue aos padrões almejados.

Em relação à mudança da Secretaria da Criança para a Secretaria da Educação, verificamos que a maioria (62%) considera que esta foi para melhor, embora tenha 23% que acredita que não ocorreram mudanças e (6%) que essa mudança foi para pior. Talvez os educadores precisem de mais tempo para identificar as alterações, pois essa transição ocorreu há pouco tempo. No entanto, a maioria já percebe as diferenças entre as duas secretarias e considera positiva a mudança vivida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a educação infantil se concretize como um segmento importante no processo educativo, não bastam leis que garantam isso no papel nem tampouco teorias elaboradas sobre o desenvolvimento infantil. As pessoas que trabalham diretamente com as crianças precisam estar continuamente se capacitando para exercer sua função de modo a favorecer o desenvolvimento infantil em diversos aspectos, promovendo a ampliação das experiências das crianças e de seus conhecimentos.

O trabalho da educadora infantil ainda é um campo de pesquisa pouco explorado. A pesquisa realizada procurou analisar as condições de vida e trabalho da educadora infantil, bem como sua visão em relação ao seu papel para com as crianças e sobre sua formação. Embora compreendendo os limites em relação a presente pesquisa, foi possível levantar dados e esboçar um perfil para os educadores do município de Curitiba. Em se tratando de uma pesquisa de caráter exploratório algumas observações podem tornar-se pontos de partida para estudos mais sistemáticos e aprofundamentos futuros.

Com base nos dados desta pesquisa foi possível perceber que o educador infantil possui um perfil próprio, fruto do processo histórico pelo qual constituiu sua vida profissional e pessoal; bem como, pelo processo histórico pelo qual vem-se consolidando a educação infantil no Brasil.

Atualmente, verificamos que a educação infantil começa a ganhar o seu espaço no campo das políticas educacionais o que pode ser observado na LDB 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (1998). A visão da criança como um ser em pleno desenvolvimento, trouxe uma série de expectativas para a educação infantil, alguns avanços em termos qualitativos já são percebidos e a profissão do educador infantil tem assumido uma importância social até então pouco observada.

Os educadores infantis que trabalham nos centros municipais de educação infantil, no município de Curitiba, possuem em sua maioria a formação de ensino médio completo, que atualmente é a exigência mínima para ingressar no concurso público, para esta área de atuação. A Secretaria Municipal de Educação tem realizado estudos e discussões em relação a escolarização mínima exigida para o ingresso na carreira de educador, estão previstas mudanças; no entanto, estas demandam estudos por parte da mantenedora em relação aos impactos que podem trazer. A exigência legal mínima para a atuação tanto na educação infantil como nas primeiras séries do ensino fundamental é



o nível médio na modalidade normal (magistério), contudo a Secretaria aponta que estudos tem sido realizados para definir qual será a exigência mínima para a atuação na educação infantil, ensino médio (magistério) ou nível superior.

A Secretaria de Educação esta passando por um período de transição de governo (troca de prefeito), portanto as equipes estão sendo constituídas, para que novas metas sejam traçadas.

Até o ano de 2003, a educação infantil pertencia a Secretaria Municipal da Criança, a partir daquele ano houve a integração à Secretaria Municipal de Educação, esta integração trouxe algumas mudanças para as instituições de educação infantil; sendo que destas destacam-se a atuação do pedagogo e dos professores nas turmas de jardim II (crianças com idades entre 4 e 5 anos).

As educadoras infantis têm uma necessidade evidente de formação permanente e demonstram disponibilidade para realizar cursos e também investir na formação escolar de base (dados da pesquisa de campo). Assim, a mantenedora precisa investir nesse processo de capacitação possibilitando a formação em serviço e também facilitando o acesso a escolarização. Foram feitos convênios com a Secretaria Estadual de Educação para realização de cursos supletivos para os educadores que ainda não possuíam o nível médio e também com o IESDE para realizar cursos a distância na modalidade Normal. Esse processo de formação de base dos educadores realizado até então esta em fase de avaliação para ver os resultados na prática dos educadores.

Em 2004, os centros de educação infantil deram início a elaboração da proposta pedagógica. Esse processo pode ser um momento de reflexão e formação dos educadores. Torna-se essencial garantir momentos de interação do grupo no próprio local de trabalho para que possa haver estudos e reflexão sobre a prática. Através do planejamento – ação – avaliação – replanejamento o educador, junto a seus pares, vai construindo seu fazer pedagógico e repensando sua formação.

Em geral a educação infantil em Curitiba, como no Brasil esta num processo de construção constante. O educador mesmo sendo um adulto também é um ser em desenvolvimento que tem características e ritmos individuais na sua construção de conhecimentos e na construção da sua identidade como educador. Assim, a formação real é demorada, exigindo um trabalho em longo prazo.

De acordo com os dados obtidos evidenciamos que as educadoras infantis estão na faixa etária entre 30 e 49 anos de idade (49%), são casadas (67%) e tem filhos (69%). Quanto a escolarização a grande maioria (97%) possui o ensino médio sendo que 26%

tem magistério e 28% nível superior. A maioria (85%) pretende continuar seus estudos e 32% pretende continuar sendo educadora, no entanto 42% pretende investir em formação para as funções de professora, pedagoga ou diretora. Nos últimos dois anos (71%) participou de cursos de formação em serviço.

A maioria (62%) iniciou o trabalho como educadora entre os anos de 2001 e 2004. Cerca de 70% das entrevistadas trabalhou em outras atividades que não tinham nenhuma ligação com o trabalho de educar e 13% iniciou a vida profissional com esta função, 59% afirma ter escolhido trabalhar com crianças como o principal motivo para exercer a função de educadora. Em geral, as educadoras afirmam terem encontrado pouca (49%) ou nenhuma (37%) dificuldade no início do seu trabalho como educadora e afirmam estar suficientemente satisfeitas (42%) e muito satisfeita (33%) com o trabalho que realizam.

Quanto ao trabalho realizado é possível perceber que o cuidar de crianças é apontado como o fator que causa maior satisfação (68%), também apontam o relacionamento com os pais (59%) e com as colegas de trabalho (29%). Apontam uma satisfação média em relação ao ambiente físico (41%), ao salário (39%) e apontam pouca ou nenhuma satisfação em relação a carga horária trabalhada.

Apontam baixa satisfação quanto a organização do Cmei no que diz respeito a quantidade de crianças por turma (74%), a adequação dos espaços (68%), os materiais didáticos (54%) e o número de funcionários (50%).

No relacionamento com as crianças o que causa maior satisfação são as atividades didáticas orientadas (91%), a observação da brincadeira (95%) e as brincadeiras ao ar livre (90%).

Em geral a formação do educador se faz no exercer da profissão, através da prática diária (1º item apontado). No entanto, os educadores consideram os cursos de atualização e aperfeiçoamento como o 2º fator mais importante para o aprendizado de como exercer sua função, em seguida apontam o aprendizado escolar de base, a observação dos colegas, as trocas de idéias, os conhecimentos existentes em livros, revistas e documentos, consecutivamente.

Ao investigarmos a relação entre ser mãe e educadora verificamos que não mais ocorre positiva entre estas duas funções, havendo maior profissionalização da função de educadora infantil, sendo que esta vem perdendo o caráter de educadora-mãe.

Em relação aos saberes necessários para realizar a função de educar, observa-se que ter relacionamento afetivo com as crianças (48) foi eleito como o principal saber

seguido de propor atividades diversificadas (47), promover a socialização do grupo (31), ter uma boa programação didática (23) e controlar as próprias emoções (22).

Em geral, consideram que o serviço oferecido pelo Cmei é bom (52%) e ótimo (31%), apontam que o que mais interfere na qualidade é o pessoal, ou seja, os funcionários (20%), a harmonia do grupo (17%), o apoio da pedagoga (16%) e a atualização (15%).

Pode-se observar que o município de Curitiba tem muitos avanços em relação a educação infantil, mas é essencial que os pontos positivos continuem sendo evidenciados e que os pontos negativos sejam superados, gradativamente. Para isso, é necessário investimentos nessa etapa da educação. Há clareza quanto à necessidade de aperfeiçoamento do pessoal, pois o quadro é composto por diferentes profissionais. Há aqueles que iniciaram sua atuação numa visão extremamente assistencialista, sem nenhuma formação escolar e o processo de formação escolar proporcionado para esses profissionais foi aligeirado, sendo que concluíram o ensino fundamental e médio em apenas dois anos, apenas estudando em apostilas e realizando trabalhos e provas. Assim, é possível verificar que alguns profissionais têm muita dificuldade na escrita, na leitura e até mesmo no uso da linguagem falada. Como vamos elevar o nível cultural de nossas crianças se nossos profissionais não tem tido oportunidade de elevar o seu nível cultural?

Assim, conclui-se que não basta apenas certificação para atender as exigências legais, é preciso formação verdadeira, que compreenda esse profissional como um sujeito de direitos.

## 5.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**; LDB9394/96, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Parecer 022/98 – **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**; 1998.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional da Educação**; Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**; Brasília, 1998. v.1,2,3.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 1 de 07 de Abril de 1999**;

\_\_\_\_\_. **Educação Infantil no Brasil: situação atual**. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por uma política de formação profissional de educação infantil**. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. **Critérios para um atendimento em creches que respeitam os direitos fundamentais das crianças**. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. Brasília: 1995

\_\_\_\_\_. **Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil**. Brasília, 1996.

CURITIBA, **Diretrizes Municipais de Educação**; em discussão – 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.390 de abril de 2002**. Da Estrutura da Carreira e suas Diretrizes Básicas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 175**. Atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo único de multifuncional de educador, da carreira atendimento a infância e adolescência. 2002.

\_\_\_\_\_. **Proposta Pedagógica para o trabalho com crianças de 0 a 6 anos** – Secretaria Municipal da Criança – Prefeitura Municipal de Curitiba, 1994;

\_\_\_\_\_. **A Organização do Ambiente nas Unidades De Educação Infantil da Rede Municipal**. SMCr, 2000.

\_\_\_\_\_. **Orientações Pedagógicas Administrativas sobre a Estrutura e o Funcionamento das Unidades de Educação Infantil**. SMCr, 1998.

PARANÁ, **Normas para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná**. Processo nº 049/99, 1999.

ARAÚJO, Clara Gonzalez de. **Formação do professor de Educação Infantil no Distrito Federal**. Simpósio Educação Infantil: construindo o presente. Anais – Brasília UNESCO Brasil, 2003.

ARIÉS, Philppe. **A História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

CAMPOS, Maria Malta. **Formação e Carreira do Magistério**. Simpósio Educação Infantil: construindo o presente. Anais – Brasília UNESCO Brasil, 2003.

BUJES, Maria Isabel, (2001) “Escola infantil: pra que te quero?” In: CRAIDY, Carmen & KAERCHER, Gládis. **E. Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, pp.13-22.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem Linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância** . Porto Alegre: Artmed, 1999.

FANTINEL, Maria Erony R. **Currículo: Aspectos relevantes que uma proposta pedagógica deve contemplar**. Revista do Professor, Porto Alegre, 18, p.5-7, jan- mar. 2002.

FIGUEIREDO, Tayci de Ávila. **Organizando o dia Escolar: Aspectos básicos a considerar na construção da autonomia da criança**. Revista do Professor, 20, Porto Alegre, 20, p.8-13, abr- jun. 2004.

FERREIRA, Maria Clotilde Rosseti. **Os fazeres na Educação Infantil**. São Paulo, Cortez. 2000.

FORMOSINHO, Julia Oliveira, KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Formação em Contexto: uma Estratégia de Integração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

FREIRE, Adriani. **Formação de Educadores em Serviço: Construindo Sujeitos, produzindo singularidades.** Infância e Educação Infantil, Campinas, SP: Papyrus, 1999.

KRAMER, Sonia. **De que professor precisamos para a educação infantil? Uma pergunta, várias respostas.** Pátio Educação Infantil, Ano I, nº 2, p, 10-13, Ago/nov 2003.

LANTER, Ana Paula. **A política de Formação do Profissional de Educação Infantil: Os anos 90 e as Diretrizes do MEC Diante da Questão.** Infância e Educação Infantil, Campinas, SP: Papyrus, 1999.

LOPES, Marceli Ribeiro Castanheira. **Descompasso: Da Formação à Prática.** Infância e Educação Infantil, Campinas, SP: Papyrus, 1999.

KUHLMANN, Moysés. **Educação Infantil e Currículo.** Educação Infantil pós-LDB: Rumos e Desafios. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 1999.

MACHADO, Maria Lúcia de A. (organizadora) **Encontros e Desencontros em Educação Infantil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MELO, Maria Teresa Leitão de. **Formação e Carreira do Magistério.** Simpósio Educação Infantil: construindo o presente. Anais – Brasília UNESCO Brasil, 2003.

MIRANDA, Glaura Vasques: **A educação infantil finalmente reconhecida.** Simpósio Educação Infantil: construindo o presente. Anais – Brasília UNESCO Brasil, 2003.

MOLINA, Paola, ONGARI, Bárbara. **A educadora de creche: Construindo suas identidades.** Tradução de Fernabda L. Ortale e Ilse Paschoal Moreira; revisão técnica Ana Lúcia Goulart de Faria.- São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Diretrizes para a Formação de professores de Educação Infantil.** Pátio Educação Infantil, Ano I, nº 2, p. 06-09, Ago/Nov 2003.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de - **Educação Infantil e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002  
( Coleção Docência em Formação)

OSTETTO, Luciana Esmeralda(Org) – **Encontros e Encantamentos na Educação Infantil** – S. Paulo, Papiros, 2000;

PERRENOUD, Philippe. **O bom senso não basta para educar crianças pequenas**.  
Pátio Educação Infantil, Ano I, n ° 2, p.18-20, Ago/Nov 2003.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Pedagógico**. São Paulo. Cadernos Pedagógicos da Libertad-1, 2000.

REIS, Márcia Lopes. **Simpósio Educação Infantil: construindo o presente**. Anais – Brasília UNESCO Brasil, 2003.

RODRIGUES, Almir Sandro, SILVA, Ana Tereza & PARIZ, Josiane. **Teorias da Aprendizagem**, -IESDE, Ctba, 2003.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos**, IESDE, Ctba, 2003.

SOUSA, Maria de Fátima Guerra de. **A Formação do Professor de Educação Infantil no Distrito Federal: Dos pressupostos à prática pedagógica**. Simpósio Educação Infantil: construindo o presente. Anais – Brasília UNESCO Brasil, 2003.

WAJASKOP, Gisela. **Desafios da Formação profissional do docente de educação infantil**. Pátio Educação Infantil, Ano I, n ° 2, p. 14-17, Ago/Nov 2003.

## ANEXOS



**QUESTIONÁRIO PARA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PERFIL DOS EDUCADORES DOS CMEIs DE CURITIBA.**

O questionário é anônimo e secreto, ele deve ser preenchido individualmente. Leia as questões e responda com sinceridade.

**DADOS ESTRUTURAIS**

Idade

( 1 ) menos de 24 anos ( 2 ) de 24 a 29 anos ( 3 ) de 30 a 39 ( 4 ) de 40 a 49  
( 5 ) 50 anos ou mais

Estado civil

( 1 ) solteira ( 2 ) casada ou que vive com companheiro ( 3 ) outro.

Tem filhos?

( 1 ) não ( 2 ) sim. Quantos? \_\_\_\_\_

Idade dos filhos. \_\_\_\_\_

Formação

( 1 ) concluiu series iniciais ( 2 ) concluiu ensino fundamental

( 3 ) concluiu ensino médio ( 4 ) magistério

( 5 ) superior em \_\_\_\_\_

Você pretende continuar seus estudos? ( 1 ) Não ( 2 ) Sim

Pretende cursar. ( 1 ) Magistério ( 2 ) curso superior na área de educação

( 3 ) curso superior em outra área

**O TRABALHO DE EDUCADORA**

1- Em que ano começou o trabalho de educadora? \_\_\_\_\_

2- Há quantos anos trabalha neste CMEI? \_\_\_\_\_

( 1 ) há 1 ano ( 2 ) de 2 a 5 anos ( 3 ) de 6 a 9 anos ( 4 ) de 10 a 14 anos ( 5 ) mais de 14

3- Antes de trabalhar neste CMEI teve outra atividade profissional?

( 1 ) não, foi meu primeiro emprego ( 2 ) sim, trabalhei com crianças ( 3 ) sim, em outras atividades \_\_\_\_\_

4- Qual é o motivo principal pelo qual você atualmente exerce esse trabalho?

( 1 ) pela estabilidade no trabalho ( 2 ) cheguei aqui por acaso

( 3 ) escolhi trabalhar com crianças ( 4 ) em função de pouca oportunidade de trabalho

( 5 ) outro \_\_\_\_\_

5- Você teve dificuldade para se adaptar ao trabalho?

( 1 ) muitas dificuldades ( 2 ) algumas dificuldades ( 3 ) nenhuma dificuldade

especificar algumas \_\_\_\_\_

6- Nos últimos 5 anos você frequentou algum curso de atualização? ( 1 ) sim ( 2 ) não

Sim, quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7- Em geral você se considera satisfeita com o trabalho que faz atualmente?  
( 1 ) muito satisfeita      ( 2 ) suficientemente satisfeita      ( 3 ) pouco satisfeita  
( 4 ) nada satisfeita

8- Em geral, seu trabalho atual corresponde às expectativas que você tinha quando começou? ( 1 ) sim, plenamente      ( 2 ) sim, suficientemente  
( 3 ) sim, mas apenas o mínimo      ( 4 ) não  
Se sim, por quê? \_\_\_\_\_

9- Quais são as fontes principais para aprender a exercer seu trabalho atual? ( coloque em ordem de importância, marcando 1 na principal fonte, 2 na segunda mais importante e assim por diante )

A observação do comportamento dos colegas      ( )  
A formação escolar de base      ( )  
A experiência e a prática profissional      ( )  
Cursos de atualização      ( )  
Livros e revista. Documentação existente no CMEI      ( )  
Trocas de idéias      ( )  
A sua experiência pessoal e familiar      ( )

10- Pensando no seu trabalho atual, poderia nos dizer qual o grau de satisfação para cada uma das características abaixo mencionadas? ( responda cada uma de acordo com as seguintes modalidades. Muito satisfeita= 1; suficientemente satisfeita= 2; indiferente= 3; pouco satisfeita= 4; nada satisfeita= 5.)

O ambiente físico      ( )  
O horário de trabalho      ( )  
O relacionamento com os pais      ( )  
As suas colegas de trabalho      ( )  
Os cursos de aperfeiçoamento      ( )  
O cuidar de crianças      ( )  
A estabilidade do cargo      ( )  
O reconhecimento dos pais      ( )  
O reconhecimento da prefeitura, diretor      ( )  
O salário      ( )  
A sua competência profissional      ( )

11- O que realmente não é satisfatório no seu trabalho? \_\_\_\_\_

12- Pensando no seu trabalho quais são as perspectivas que parece mais realizáveis?

( 1 ) continuar sendo educadora      ( 2 ) mudar completamente o tipo de trabalho  
( 3 ) aposentar-se      ( 4 ) pedir transferência para outra repartição pública  
( 5 ) mudar de CMEI      ( 6 ) ser professora, pedagoga ou diretora

13- Se você pudesse voltar atrás no tempo ainda escolheria este trabalho?

( 1 ) sim, claro      ( 2 ) claro que não      ( 3 ) não tenho certeza

14- Propomos algumas afirmações relativas a relação entre experiência de trabalho e experiência de ser mãe. Escolha a que você mais concorda.

- ( 1 ) para ser educadora é necessário ter tido a experiência de ser mãe.  
 ( 2 ) A educadora que é mãe entende melhor as exigências das crianças e dos pais.  
 ( 3 ) Ter filhos ajuda apenas em certos aspectos.  
 ( 4 ) Os problemas de gestão dos filhos interferem no exercício da profissão.

15- Exprima o seu grau de concordância ou discordância quanto as seguintes afirmações

	Concorda Totalmente	Concorda Parcialmente	Não Concorda
_ No relacionamento com os próprios filhos usam-se os mesmos métodos que se adotam com as crianças da creche.	( 1 )	( 2 )	( 3 )
_ Trabalhar com as crianças pequenas cria problemas com os próprios filhos, porque eles ficam com ciúmes.	( 1 )	( 2 )	( 3 )
_ Com os próprios filhos fica-se ansioso do mesmo jeito ainda que se tenha experiência com as crianças de creche.	( 1 )	( 2 )	( 3 )
_ Certas capacidades que se aprendem no trabalho são úteis com os próprios filhos.	( 1 )	( 2 )	( 3 )

16- O que na sua opinião uma educadora de creche, em especial, deve saber?( escolha quatro alternativas enumerando-as em ordem de importância)

Uma boa programação didática	( )
Enfrentar os momentos problemáticos do crescimento infantil	( )
Propor as crianças experiências ricas e diversificadas	( )
Responder as exigências dos pais	( )
Trocar idéias com os colegas	( )
Estar sempre disponível	( )
Criar relacionamentos bem pessoais com as crianças	( )
Promover a socialização em grupo	( )
Explicar aos pais a importância das atividades realizadas	( )
Controlar as próprias reações	( )
Ter relacionamento afetivo com as crianças	( )
Criar no CMEI um clima familiar	( )
Fazer com que obedeçam	( )

17- No seu relacionamento diário com as crianças, quais são os aspectos que causam maior satisfação?

	Muita	Suficiente	Pouca	Nenhuma
- As atividades didáticas orientadas	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- A observação da brincadeira	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- O momento da refeição	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- O momento do sono	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- O momento da troca	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- As brincadeiras ao ar livre	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- As festas e passeios	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- A chegada de manhã	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- A despedida de tarde	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )

## O SERVIÇO

18- Pedimos para exprimir o seu nível de satisfação em relação a alguns aspectos organizacionais do seu CMEI ?

	Muito Satisfeita	Suficientemente Satisfeita	Pouco Satisfeita	Nada Satisfeita
- Quantidade de crianças na sala	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- Adequação dos espaços	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- Qualidade e quantidade de materiais e jogos.	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- Possibilidade de atuação	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- O número de funcionários	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- Relacionamento com a diretora	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
-Relacionamento com a pedagoga	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
-Harmonia no grupo	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )
- Relacionamento com a administração municipal (secretaria).	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )

19- Como você avalia a qualidade do serviço oferecido em seu CMEI ?

( 1 ) Ótimo      ( 2 ) Bom      ( 3 ) Médio      ( 4 ) Desatualizado      ( 5 ) Péssimo

20- Quais são na sua opinião os aspectos que mais influenciam na qualidade de um CMEI ? ( ordene com uma pontuação de 1 à 6, sendo que o 1 é o aspecto que mais influencia ).

- O pessoal ( )
- Os espaços a decoração os materiais ( )
- A atualização ( )
- A harmonia no grupo ( )
- O apoio da secretaria de educação ( )
- O apoio da pedagoga ( )
- O relacionamento com as famílias ( )

20- Em 2003 a educação infantil passou por uma mudança de secretaria, pois pertencia a secretaria da criança e passou para a secretaria da educação. Como você percebe essa mudança?

- ( 1 ) a mudança foi para melhor      ( 2 ) a mudança foi para pior  
( 3 ) não teve mudanças